

FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA-UNIR
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
CAMPUS DE ARIQUEMES

PAULO RODRIGUES DE SOUZA

POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
REDE MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO- GESTÃO 2005-2012

ARIQUEMES/RO

2013

PAULO RODRIGUES DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NA
REDE MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO- GESTÃO 2005-2012**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito final para obtenção do título de Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação nas Séries Iniciais de Ensino Fundamental e gestão escolar, à Universidade Federal de Rondônia-UNIR, sob a orientação da professora Ms. Lara Cristina Cioffi.

ARIQUEMES/RO

2013

Dados de publicação internacional na publicação (CIP)

Biblioteca setorial 06/UNIR

S729p

Souza, Paulo Rodrigues de
Políticas Públicas para educação de jovens e
adultos na rede Municipal de Ariquemes-RO-gestão 2005-
2012. / Paulo Rodrigues de Souza. Ariquemes-RO, 2013.
54 f. ; + 1 CD-ROM

Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Fundação
Universidade Federal de Rondônia / UNIR.

Orientador (a): Prof. (a) Ms. Lara Cristina Cioffi

1. Educação de jovens e adultos 2. Políticas
Públicas 3. Ariquemes I. Título.

CDU: 37.014.5

Bibliotecária Responsável: Fabiany Andrade, CRB11/686



**MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE FEDERAL DE RONDÔNIA
CAMPUS DE ARIQUEMES**

Criado pela Resolução 006/CONSUN, de 16 de maio de 2007

Av. Tancredo Neves, 3400 - Centro, Ariquemes-RO / Cep: 78.872-848
Fone/fax: (68) 3385-3383 E-mail: campusarq@unir.br

DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO - DECED

PAULO RODRIGUES DE SOUZA

**POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E
ADULTOS NA REDE MUNICIPAL DE ARIQUEMES/RO- GESTÃO
2005-2012**

Monografia apresentada ao curso de Graduação em Pedagogia da Universidade Federal de Rondônia, como requisito parcial para obtenção do título de Licenciatura em Pedagogia.

Banca Examinadora

Orientador(a): Profª. Ms. Lara Cristina Cioffi – DECED/UNIR

Membro: Profª. Ms. Hugo Athanasios Fotopoulos – DECED/UNIR

Membro: Profª. Dr. Lillian Caroline Urau – DECED/UNIR

Ariquemes-RO, 29 de 10 de 2013.

Dedico este trabalho a minha família pelo grande apoio.

A minha esposa Fernanda que sempre esteve disposta a me ajudar.

A todos meus amigos (as) pela motivação que tem me dado.

A todos (as) colegas da turma em especial Deuvane, Débora, Leandro, Meire Kesia e Wakila que sempre participaram dos trabalhos.

Aos professores (as) da Universidade de Federal Rondônia-Campus de Ariquemes pelos esforços que demonstraram ao longo do curso.

AGRADECIMENTOS

A Deus Todo poderoso por todas as bênçãos que tem me concedido. Por ter iluminado e guiado os meus passos de quem tirei forças para continuar este curso diante dos obstáculos. Aos meus pais Manoel e Josefa. A minha esposa Fernanda. Aos meus familiares e amigos. A todos os professores da Universidade Federal de Rondônia.

RESUMO

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos (EJA) foi marcada por modificações no contexto histórico e político do País. Destacam-se: na década de 1940, o processo de industrialização; na década de 1980, a mobilização pela redemocratização do Brasil e promulgação da Constituição de 1988; e, recentemente, a implementação de ações e programas que elevaram a importância desta modalidade de ensino no âmbito das políticas oficiais de educação. No aspecto legal, a política para a EJA está assegurada nos ordenamentos da Constituição Federal de 1988, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996), das Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos e da Lei nº 11.494/2007 - regulamenta o Fundeb. Neste contexto, surge a pergunta: qual a implicação da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos na implementação de ações em prol da EJA no âmbito das redes municipais? Em busca da resposta, esta investigação parte da hipótese da obrigatoriedade da adesão dos municípios aos programas do governo federal para a EJA. O objetivo da pesquisa é analisar qual a influência da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos nas ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes-RO (Semed) no atendimento à modalidade de ensino no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012. Para tanto, fez-se o estudo da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no contexto histórico e político do Brasil a partir da década de 1940 elencando a legislação vigente e as políticas nacionais para a EJA; em seguida, apresenta-se a o município de Ariquemes levantando a situação da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da rede municipal de ensino para expor o cenário em que se desenvolvem as políticas em prol da EJA; finaliza-se com a análise da influência da política nacional nas ações e programas desenvolvidos pela Semed/Ariquemes em prol da EJA. O estudo mostrou que, contrariando a primeira hipótese levantada, não há obrigatoriedade de adesão às políticas oficiais por parte dos municípios, embora nos programas desenvolvidos pela Semed/Ariquemes, a maior influência seja das políticas nacionais, ainda que existam outras parcerias não governamentais no atendimento à EJA. Conclui-se que, ainda que os municípios tenham autonomia para aderirem ou não aos programas oficiais para EJA e que busquem outras parcerias no âmbito da sociedade civil, a política oficial subsidia a maior parte do atendimento à demanda desta modalidade e, portanto, é a maior influência nas ações e programas desenvolvidos pela Semed/Ariquemes no atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

Palavras-Chave: Educação de Jovens e Adultos. Políticas Públicas. Ariquemes.

ABSTRACT

The trajectory of Youngs and Adults' Education (YAE) was marked by changes in historical and political context of the country. Stand out: in the 1940s, the process of industrialization; in the 1980s, the mobilization for democratization of Brazil and promulgation of the 1988 Constitution, and, recently, the implementation of actions and programs that have raised the importance of this type of education within the official education policies. On the legal side, the policy for Young and Adults' Education is guaranteed in the jurisdictions of the Federal Constitution of 1988, the Law of Guidelines and Bases of National Education (LDB n ° 9.394/1996), the National Curriculum Guidelines for Young and Adults' Education and the Law No. 11.494/2007 - regulates Fundeb. In this context, the question arises: what is the implication of the national policy for Young and Adults' Education in the implementation of actions in support of YAE within the municipal? In search of the answer, this research starts from the assumption of mandatory membership of municipalities to federal programs for YAE . The objective of the research is to analyze the influence of national policy for Young and Adults' Education in the actions and programs undertaken by the Municipal Education of Porto Velho-RO (Semed) in meeting the teaching modality in the period between the years 2005 and 2012. To do so, it is the study of the trajectory of Youngs and Adults' Education in historical and political context of Brazil from the 1940s enumerating current legislation and national policies for YAE , then presented to the municipality of Ariquemes raising the situation of Youngs and Adults' Education within the municipal schools to expose the setting in which they develop policies for AYE; ends with an analysis of the influence of national policy actions and programs developed by Semed / Ariquemes in favor of YAE. The study showed that, contrary to the first hypothesis, there is no obligation to adhere to the official policies of municipalities, although the programs developed by Semed / Ariquemes, the biggest influence is national policy, although there are other non-governmental partners in care YAE. We conclude that, although municipalities have autonomy to join or not to official programs for YAE and seeking other partnerships within civil society, the official policy subsidizes most of attendance to the demand of this type and therefore, is greater influence on actions and programs developed by Semed / Ariquemes in the attendance to Education for Youth and Adults.

Keywords: Youngnd Adults' Education. Public Policy. Ariquemes

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

FIGURAS

FIGURA 01: Localização do Município de Ariquemes-RO	35
--	----

GRÁFICOS

GRÁFICO 01: Quantitativo de alfabetos e analfabetos em Ariquemes-RO	36
GRÁFICO 02: 1º seguimento da EJA (1º a 4º ano)	36
GRÁFICO 03: 2º seguimento da EJA (5º a 8º ano)	37

QUADRO

QUADRO 01: Objetivos/metasp e ações do PME	40
---	----

LISTA DE SIGLAS

CAE - Coordenadoria de Administração Escolar

CE - Coordenadoria de Ensino

CEE - Conselho Estadual de Educação

CEFD - Coordenadoria de Educação Física e Desporto

EJA - Educação de Jovens e Adultos

LDB - Lei de Diretrizes de Bases

MEB - Movimento de Educação de Base

MDS - Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome

MOBRAL - Movimento Brasileiro de Alfabetização

PAF - Programa de Alfabetização Funcional

PBA - Programa Brasil Alfabetizado

PDE - Plano de Desenvolvimento da Educação

PEE - Plano Estadual de Educação

PEI - programa de Educação Integrada

PEAC - Programa Estadual de Alfabetização e Cidadania

PLANFOR - Plano Nacional de Qualificação do Trabalhador

PME - Plano Municipal de Educação

PNAC - Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania

PNE - Plano Nacional de Educação

SEADEC - Superintendência de Educação à Distância e Continuada

SEE - Secretaria de Estado da Educação

SME - Secretaria Municipal da Educação

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NO BRASIL.....	13
2.1	ORDENAMENTOS LEGAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS.....	16
2.1.1	Constituição Federal de 1988.....	16
2.1.2	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996.....	17
2.1.3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos	19
2.1.4	FUNDEB - Lei Federal nº 11.494/2007.....	20
2.1.5	PL 8035/2010 – Projeto de Lei PNE 2011-2020.....	22
3	POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ..	24
3.1	PLANO DE METAS “COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO”.....	24
3.2	PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE.....	25
3.3	PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR.....	26
3.4	PROGRAMAS BRASIL ALFABETIZADO.....	27
3.5	PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA.....	28
3.6	PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJovem.....	29
4	ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AÇÕES E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SEMED/ARIQUEMES EM PROL DA EJA NA GESTÃO 2005-2012 ...	32
4.1	PROCEDIMENTO METODOLÓGICO.....	32
4.2	CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA, O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO.....	33
4.3	A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES.....	33
4.4	O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PLANO MUNICIPAL PARTICIPATIVO DE ARIQUEMES-RO.....	35
4.4.1	A Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de Ariqueemes.....	38
4.5	A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES NA GESTÃO 2005-2012.....	41
4.5.1	Programa Ariquemes Alfabetizada/Ariquemes Educar.....	41
4.5.2	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR.....	43
4.5.3	Serviço Social do Comércio – SESC Ler.....	45
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	46
	REFERÊNCIAS.....	48

1 INTRODUÇÃO

As políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos (EJA) no Brasil tiveram uma maior manifestação a partir da década de 1940. Pode ser dizer que a trajetória da EJA foi marcada por modificações influenciadas pelo sistema econômico e político do País. Nos anos 40, por exemplo, era o início da modernização/industrialização que demandava de mão-de-obra qualificada; na década de 1950 e, mais significativamente, nos anos da década de 1960, fluíram as ideias freirianas rumo à pedagogia da libertação; com o período militar, a partir de 1964, este modelo pedagógico foi substituído pelo Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral) desconectado com o objetivo da conscientização política; nos anos da década de 1980, com o fim do período militar e a promulgação da Constituição de 1988, as políticas educacionais em relação à EJA ficaram cada vez mais significativas. Na década de 1990 a educação em âmbito internacional é marcada pela Conferência em Jomtien (Tailândia), realizada em 1990, que busca um novo rumo na formulação de políticas governamentais para a educação, porém, no Brasil, a educação foi marcada pela desordem no quadro educacional, começando pela substituição da Fundação Educar pelo Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC) com a intenção do governo Fernando Collor de Melo de reduzir o analfabetismo num período de cinco anos, mas, tal programa foi fracassado em menos de um ano de vigência. (OLIVEIRA, 2000)

A Educação está amparada em vários ordenamentos legais em âmbito nacional. Na Constituição Federal de 1988 foi assegurada, inclusive aos jovens e adultos, à oferta de ensino fundamental gratuito e público. Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/1996) foi redesenhado o princípio educacional brasileiro em todos os níveis, da creche a universidade, abordando as diversas modalidades de ensino: a educação especial, a educação profissional, a Educação de Jovens e Adultos, a educação a distância. Nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a EJA estão orientações pertinentes para que cumpram a estrutura obrigatória dos componentes curriculares no ensino fundamental e médio. Na Lei do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica, Lei Federal nº 11.494/2007, que trouxe ganhos para a EJA a partir da instituição de um único fundo que financia toda a educação básica, ficando reservada uma parcela para a Educação de Jovens e Adultos. No Projeto de Lei nº 8035/2010 (PNE 2011-2020) está expresso o planejamento da educação por dez anos por meio de metas e estratégias com intuito de erradicar o analfabetismo no Brasil e específicas para a Educação de Jovens e Adultos.

As políticas públicas para a EJA em destaque são: o Programa Brasil Alfabetizado, que foi instituído em 2003 e tem como objetivo a eliminação do analfabetismo no País; o Programa de Integração da Educação Profissional ao Ensino Médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), que objetiva a oferta de educação profissional técnica de nível médio; o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem), que está dividido em quatro modalidades: I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo; II Projovem Urbano; III - Projovem Campo - Saberes da Terra; e IV - Projovem Trabalhador.

O interesse pelo tema deste trabalho no campo da Educação de Jovens e Adultos surgiu a partir da disciplina Educação de Jovens e Adultos, ministrada como parte dos créditos do Curso de Pedagogia do Campus de Ariquemes da Fundação Universidade Federal de Rondônia, de maneira específica nas visitas realizadas em escolas que oferecem esta modalidade de ensino em atividade acadêmica desenvolvida junto à citada disciplina.

No princípio, o intuito da pesquisa era analisar as causas da evasão da EJA, no entanto, a partir de leituras e interesse de saber quais políticas regem esta modalidade de ensino, acabou-se por optar pelo estudo das políticas públicas para a Educação de Jovens e Adultos buscando responder à seguinte pergunta: qual a implicação da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos na implantação de ações em prol da EJA no âmbito das redes municipais?

A importância da pesquisa está em tratar-se de um estudo da política educacional local e sua relação com a política nacional para a EJA, onde não foi encontrada pesquisas correspondentes e esta, poderá fornecer subsídios a outras pesquisas voltadas a EJA no contexto ariquemense, despertando mais interesse na comunidade acadêmica por esta modalidade de ensino.

Sendo assim, depois dos primeiros estudos bibliográficos sobre o tema, o objetivo da pesquisa se delimitou na análise das influências da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos nas ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes-RO (Semed) no atendimento à modalidade de ensino no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012.

Partiu-se da hipótese da obrigatoriedade da adesão dos municípios aos programas do governo federal para a EJA, portanto, de que fosse grande a influência da política nacional sobre a política local.

A pesquisa foi desenvolvida por meio do estudo da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no contexto histórico e político do Brasil a partir da década de 1940, elencando a legislação vigente e as políticas nacionais para a EJA; em seguida, apresenta-se a o município

de Ariquemes levantando a situação da Educação de Jovens e Adultos no âmbito da rede municipal de ensino para expor o cenário em que se desenvolvem as políticas em prol da EJA aqui estudadas; finaliza-se com a análise da influência da política nacional nas ações e programas desenvolvidos pela Semed/Ariquemes no âmbito da EJA.

O trabalho está estruturado da seguinte maneira: na primeira seção trata-se da trajetória da Educação de Jovens e Adultos no Brasil abordando o contexto histórico-político e os ordenamentos legais para a EJA; na segunda seção, estão elencadas as atuais Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos em âmbito federal; na terceira seção apresenta-se o procedimento metodológico, o contexto do local da investigação empírica e a análise da influência das políticas nacionais para a EJA nos programas e ações desenvolvidos pela Semed/Ariquemes na gestão 2005-2012.

2 A TRAJETÓRIA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS ADULTOS NO BRASIL

A escolarização de jovens e adultos que não tiveram acesso ao ensino regular ou evadiram-se dele antes da conclusão de seus estudos é oferecida na modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos (EJA) e visa à alfabetização e a conclusão da educação básica destes alunos. O documento base do Proeja caracteriza o perfil do público da Educação de Jovens e Adultos (BRASIL, 2007, p. 11):

A EJA, em síntese, trabalha com sujeitos marginais ao sistema, com atributos sempre acentuados em consequência de alguns fatores adicionais como raça/etnia, cor, gênero, entre outros. Negros, quilombolas, mulheres, indígenas, camponeses, ribeirinhos, pescadores, jovens, idosos, subempregados, desempregados, trabalhadores informais são emblemáticos representantes das múltiplas apartações que a sociedade brasileira, excludente, promove para grande parte da população desfavorecida econômica, social e culturalmente.

A EJA se configura, em seu processo histórico, como uma educação compensatória e emergencial, considerada tão somente para atender ao modelo sócio econômico, como afirma Haddad e Pierro (2000, p. 118).

Os compromissos com a educação objetivavam a “formação de uma infraestrutura adequada de recursos humanos, apropriada às nossas necessidades socioeconômicas, políticas e culturais”. Para a implantação de tais objetivos, o Estado brasileiro se propunha a criar e programar um sistema de educação permanente, no qual a educação de adultos situa-se “na linha das operações”, por ser “poderosa arma capaz de acelerar o desenvolvimento, o processo social e a expansão ocupacional”.

A trajetória da Educação de Jovens e Adultos é marcada por modificações influenciadas pelo sistema econômico. Para atender as necessidades apresentadas em cada período, toma-se a educação como elemento preponderante para o desenvolvimento do país sem considerar o processo laboral e intelectual desses sujeitos. Na década de 1940, a preocupação com a educação de adultos tinha relação com os interesses políticos e com o processo de industrialização do País, assim, Pierro *et al* (2001, p.59) em sua pesquisa intitulada “Visões da Educação de Jovens e Adultos no Brasil”, afirmam que:

No Brasil, a educação de adultos se constitui como tema de política educacional, sobretudo a partir dos anos 40. A menção à necessidade de oferecer educação aos adultos já aparecia em textos normativos anteriores, como na pouco duradoura Constituição de 1934, mas é na década seguinte que começaria a tomar corpo, em iniciativas concretas, a preocupação de oferecer os benefícios da escolarização a amplas camadas da população até então excluídas da escola. Essa tendência se expressou em várias ações e programas governamentais, nos anos 40 e 50. Além de iniciativas nos níveis estadual e local, merecem ser citadas, em razão de sua amplitude nacional: a criação do Fundo Nacional de Ensino Primário em 1942, do Serviço de

Educação de Adultos e da Campanha de Educação de Adultos, ambos em 1947, da Campanha de Educação Rural iniciada em 1952 e da Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo em 1958.

Na década de 1960, foram nacionalizadas as ideias de Paulo Freire por meio do Movimento de Educação de Base, a percepção das pessoas sem escolarização como objeto, passíveis de manipulação, transforma-se para a visão de que a cultura renova as estruturas sociais e produz sujeitos. A EJA, em seu processo de desenvolvimento, propõe um salto para a libertação. No período da Ditadura Militar (1964-1985), a Educação de Jovens e Adultos era tecnicista, voltada para o profissionalismo, com vistas a ganhar espaço no mercado de trabalho (COSTA, 2009).

O Governo Militar lança o Movimento Brasileiro de Alfabetização (Mobral), com intuito de formar os cidadãos para o trabalho industrial. Criado aos quinze dias do mês de dezembro, pela Lei nº 5.379/1967, o Mobral se destacou ao atingir, aproximadamente, cinco milhões de educandos, logo em seus quatro meses iniciais em empreitada serrada na luta contra o analfabetismo. Segundo Pierro *et al* (2001, p.61):

Mobral (Movimento Brasileiro de Alfabetização), um programa de proporções nacionais, proclamadamente voltado a oferecer alfabetização a amplas parcelas dos adultos analfabetos nas mais variadas localidades do país. Diferentemente do que ocorrera na Campanha de 1947, o governo federal investiu um volume significativo de recursos na montagem de uma organização de âmbito nacional e autônoma em relação às secretarias estaduais e ao próprio Ministério da Educação. O Mobral instalou comissões municipais por todo o país, responsabilizando-as pela execução das atividades, enquanto controlava rígida e centralizadamente a orientação, supervisão pedagógica e produção de materiais didáticos. Sendo concebido como ação que se extinguiria depois de resolvido o problema do analfabetismo, o Mobral tinha baixa articulação com o sistema de ensino básico. Em virtude de sua presença maciça no país e sua capilaridade, contribuiu para legitimar a nova ordem política implantada em 1964. Além da legitimação interna, esta iniciativa governamental também visava responder a orientações emanadas de agências internacionais ligadas à Organização das Nações Unidas, em especial a Unesco, que desde o final da Segunda Guerra vinham propugnado o valor do combate ao analfabetismo e da universalização de uma educação elementar comum como estratégia de desenvolvimento socioeconômico e manutenção da paz.

Segundo Di Pierro *et al* (2001), a Lei 5.692 de 1971 registra a primeira vez em que a Educação de Jovens e Adultos teve um capítulo específico na legislação educacional. Em relação a este aspecto, Di Pierro (2005, p. 1117) destaca que:

O sistema educacional foi direcionado a atender às necessidades de recursos humanos demandados do modelo econômico concentrador de riqueza, a escolarização básica para jovens e adultos adquiriu institucionalidade nas redes de ensino: a Lei 5.692 de 1971 reformou o ensino de 1º e 2º graus e regulamentou o ensino supletivo, conferindo à suplência a função de repor

escolaridade não realizada na infância e adolescência, então consideradas os ciclos da vida mais adequados à aprendizagem.

Com o fim do regime militar na década de 1980, dá-se início a democratização no Brasil a partir do processo político de elaboração da Constituição Federal. A Educação de Jovens e Adultos ganham aspecto legal, dispondo sobre o direito à cidadania. Porém, na prática, a ideia continua a mesma, ensinar o básico gastando o mínimo, na perspectiva de atender as demandas do mercado globalizado.

Sobre o avanço constitucional em relação à EJA, Di Pierro *et al* (2001, p. 63) dispõe que:

O direito, mais amplo, à educação básica, só seria estendido aos jovens e adultos na Constituição Federal de 1988, como resultado do envolvimento no processo constituinte de diversos setores progressistas que se mobilizaram em prol da ampliação dos direitos sociais e das responsabilidades do Estado no atendimento às necessidades dos grupos sociais mais pobres.

As Políticas educacionais mais significativas em relação à EJA tiveram princípio com a Constituição Federal de 1988, que garantem o direito à educação a todos os cidadãos brasileiros, principalmente àqueles que não tiveram acesso na idade apropriada.

A Conferência realizada em 1990, em Jomtien, Tailândia, é considerada o grande marco na formulação de políticas governamentais para a educação. A finalidade desta conferência era a erradicação do analfabetismo, assim, busca definir os desafios do acesso à educação enfrentada no mundo.

No Brasil, nesta década, o País caminhava rumo à democracia. Em 1990, foi eleito o primeiro presidente após o fim do regime militar, Fernando Collor de Mello, no entanto, a educação foi marcada pela desordem.

A Fundação Educar que havia substituído o Mobral em 1985 e, estava dentro das competências do MEC, foi extinta em 1990. Em seu lugar foi lançado o Programa Nacional de Alfabetização e Cidadania (PNAC). A intenção do governo Fernando Collor de Mello, era reduzir o índice de analfabetismo em 70% num período de cinco anos, mas o programa não durou nem um ano (OLIVEIRA, 2000).

A partir da década de 2000 ampliaram-se as políticas públicas para a EJA, que serão apresentadas na sessão que trata das atuais políticas públicas para a modalidade.

2.1 ORDENAMENTOS LEGAIS PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Nesta seção estão apresentadas as bases legais pra a Educação de Jovens e Adultos, começando pela Constituição Federal de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996 (legislação maior da educação brasileira) e seguindo com as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos, o FUNDEB - Lei Federal nº 11.494/2007, e PL 8035 (projeto de lei PNE 2011-2020).

2.1.1 Constituição Federal de 1988

A Educação está garantida na Constituição Federal de 1988 no artigo 205, onde aborda que “A educação é direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

Foi assegurado no texto constitucional em 1988, que jovens e adultos também possam ter entrada ao ensino fundamental gratuito e público, garantido pelo artigo 208 e, mais a frente, em 2009, via Emenda Constitucional nº 59, o direito ampliou-se alcançando a educação básica, como está explícito no Artigo 208 da Constituição Federal de 1988, após redação dada em 2009:

Art. 208. O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria;

II - progressiva universalização do ensino médio gratuito;

III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - educação infantil, em creche e pré-escola, às crianças até 5 (cinco) anos de idade;

V - acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

VI - oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando;

VII – atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático-escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde. (BRASIL, 1988, grifo do autor).

Para se garantir o direito a educação nesta perspectiva, a Constituição Federal de 1988 traz em seu artigo 214, que sofreu alterações por meio da Emenda Constitucional nº 59, em 2009, a seguinte redação:

Art. 214: A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - melhoria da qualidade do ensino;

IV - formação para o trabalho;

V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.

VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988, grifo nosso).

A política de Educação de Jovens e Adultos, perante a proposta de erradicar o analfabetismo, carrega o discurso do esforço em prol da ampliação de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção em exigências legais e, na tentativa de atender a estas carências, o governo federal busca parcerias entre universidades, municípios, organizações não-governamentais e movimentos sociais em busca de uma solução estratégica para a resolução do problema. (FERRARO, 2002).

2.1.2 Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – Lei nº 9.394/1996

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, LDB nº 9.394/96, promulgada no dia 20 de dezembro de 1996, reproduz o artigo 208 da Constituição Federal de 1988, que trata sobre o Direito à Educação, porém, ficando bem esclarecida a obrigatoriedade do estado na oferta de ensino pra jovens.

Carli (2004) destaca que o Art. 1º da Lei nº 9.394/96, estabelece que a educação deve abranger os processos formativos que se desenvolvem no convívio humano, na vida familiar, nos estabelecimentos de ensino e pesquisa, no trabalho, nos movimentos sociais, arranjos da sociedade civil e nas manifestações culturais, garantindo em seus parágrafos que a presente Lei rege a educação escolar, cujo seu desenvolvimento se dá predominante ao ensino em instituições próprias, devendo estar relacionado ao mundo do trabalho e à prática social.

O direito à educação será assegurado por intermédio e efetivação dos seguintes alcances educacionais, conforme aborda o Art. 4º da LDB, em seus respectivos incisos (BRASIL, 1996, grifo do autor):

Art. 4º. O dever do Estado com a educação escolar pública será efetivado mediante a garantia de:

I - educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezesete) anos de idade, organizada da seguinte forma:

a) pré-escola;

b) ensino fundamental;

c) ensino médio;

II - educação infantil gratuita às crianças de até 5 (cinco) anos de idade;

III - atendimento educacional especializado gratuito aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, transversal a todos os níveis, etapas e modalidades, preferencialmente na rede regular de ensino;

IV - **acesso público e gratuito aos ensinos fundamental e médio para todos os que não os concluíram na idade própria;**

VIII - atendimento ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares.

Percebe-se um progresso na tentativa de extinguir o analfabetismo no país. Apesar de que, ao se raciocinar sobre a ideia da educação para todos, a Educação de Jovens e Adultos não demonstrou tentativas suficientes. (CARDOSO; FERREIRA, 2012).

A LDB n° 9394/1996, aponta em seus artigos 22 e 23 que a educação básica intenta a desenvolver o educando, garantir-lhe a formação comum imprescindível para exercer a cidadania e aprovisiona-lo de meios para seu progresso no trabalho e em estudos futuros. Garante a educação básica disposta em séries anuais, temporadas semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não seriados, baseado na idade, capacidade e ainda em outras descrições e, também prevê, outras formas de organização, sempre que o artifício da aprendizagem o recomendar, satisfazendo ao que impera os referidos artigos 22 e 23, em seus parágrafos 1° e 2°, que garantem a flexibilidade que permite a adequação necessária para o público da EJA (BRASIL, 1996):

§ 1°. A escola poderá reclassificar os alunos, inclusive quando se tratar de transferências entre estabelecimentos situados no País e no exterior, tendo como base as normas curriculares gerais.

§ 2°. O calendário escolar deverá adequar-se às peculiaridades locais, inclusive climáticas e econômicas, a critério do respectivo sistema de ensino, sem com isso reduzir o número de horas letivas previsto nesta Lei.

Pode-se afirmar que a maioria dos alunos da EJA são trabalhadores, os quais, desde muito cedo, já ingressaram na experiência profissional. Estes alunos adentram às salas de aulas já exaustos posteriormente a um dia de trabalho pesado. Por conseguinte, pode-se afirmar que entre eles paira ainda o quesito desemprego e/ou empregos temporários, todavia, avulsa a qualquer situação do aluno, este deve ser considerado dentro da prática pedagógica na EJA, a qual é voltada de fato para mulheres e homens trabalhadores (BARRETO, 2006).

No título IX da LDB 9394/1996, que trata das disposições transitórias, pensadas para a década da educação que começa a contar a partir de um ano da promulgação da LDB (ou seja, 1997-2007), em seu art. 87, parágrafo 3°, dispõe que:

Cada Município e, supletivamente, o Estado e a União, deverá:

I - matricular todos os educandos a partir dos sete anos de idade e, facultativamente, a partir dos seis anos, no ensino fundamental;

II - **prover cursos presenciais ou a distância aos jovens e adultos insuficientemente escolarizados;**

III - realizar programas de capacitação para todos os professores em exercício, utilizando também, para isto, os recursos da educação a distância;

IV - integrar todos os estabelecimentos de ensino fundamental do seu território ao sistema nacional de avaliação do rendimento escolar. (BRASIL, 1996, grifo do autor).

Ao que se refere à garantia da matrícula dos alunos, tem se aumentado a procura e oferta de vagas para esta modalidade de ensino, porém, a permanência dos alunos na escola não demonstra resultados satisfatórios, pois, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) no ano de 2007, uma faixa de 42,7%, sob um olhar dos oito milhões de alunos matriculados na EJA, desistiu do curso antes de concluir a escolarização. Dentre os motivos que foram expostos para explicar a renúncia ao estudo, constituíram: o antagonismo do horário de trabalho com o horário das aulas, o problema de não ter como acompanhar pela inexistência do curso próximo à residência e a falta de empenho em fazer e concluir o curso (CARDOSO; FERREIRA, 2012).

2.1.3 Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação de Jovens e Adultos

Com o estabelecimento, da Resolução CNE/CEB n.º1/2000, instituiu-se as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos (DCN/EJA), que seguem com orientações pertinentes para uma Educação de Jovens e Adultos que faça cumprir a estrutura obrigatória dos componentes curriculares no ensino fundamental e médio propõe, prioritariamente, o ensino ministrado em instituições de adequado teor, bem como complemento dentro da organização da educação nacional em seus múltiplos sistemas de ensino (BRASIL, 2000).

O Parecer CNE/CEB nº. 11/2000, de 10 de maio de 2000, tratou das DCN/EJA e apresentou o perfil do educando:

São adultos ou jovens adultos, via de regra mais pobres e com vida escolar mais acidentada. Estudantes que aspiram a trabalhar, trabalhadores que precisam estudar, a clientela do ensino médio tende a tornar-se mais heterogênea, tanto etária quanto socioeconomicamente, pela incorporação crescente de jovens adultos originários de grupos sociais, até o presente, sub-representados nessa etapa da escolaridade (BRASIL, 2000, p. 9).

Com o olhar para essa concepção das DCN/EJA, fica fácil perceber o quão importante é o apoio político frente a esta realidade, pois, o processo educativo não deve se restringir somente à conquista de conhecimentos, mas, sobretudo, que desenvolvam nos

respectivos alunos suas destrezas e capacidades de pensar e fazer associação entre o que já aprendeu e o seu meio. Dessa forma, a alfabetização deve voltar-se para formação do ser humano e, especialmente, para sua autonomia (FERRARO, 2002).

2.1.4 FUNDEB - Lei Federal nº 11.494/2007

O Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB) foi criado pela Emenda Constitucional nº 53/2006 e regulamentado pela Lei nº 11.494/2007 e pelo Decreto nº 6.253/2007, este substituiu o FUNDEF-Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério que vigorou de 1998 a 2006 (BRASIL, 2008).

O FUNDEB é qualificado como o fundo monetário de financiamento da educação básica que vem garantindo, por meio de seu organismo de repartição de recursos, que uma parte maior das receitas atreladas à educação, na esfera dos Estados, Distrito Federal e Municípios, seja revertida em função da educação básica (educação infantil, ensino fundamental e médio em suas diversas modalidades), Assim como está exposto no inciso I do artigo 2º da Emenda Constitucional nº 53/2006: (BRASIL 2006)

I - a distribuição dos recursos e de responsabilidades entre o Distrito Federal, os Estados e seus Municípios é assegurada mediante a criação, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, de um Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB, de natureza contábil.

Cada Estado e Município deverão responsabilizar-se com os alunos matriculados na etapa da educação básica em sua competência de atendimento. Assim está expresso no Artigo 2º, parágrafo 1º da emenda constitucional nº 53/2006, que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar, no financiamento da educação básica, a melhoria da qualidade de ensino, de forma a garantir padrão mínimo definido nacionalmente”. (BRASIL 2006)

Já a Lei 11. 494/2007 do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB), em seu artigo 8º dispõe que:

A distribuição de recursos que compõem os Fundos, no âmbito de cada Estado e do Distrito Federal, dar-se-á, entre o governo estadual e os de seus Municípios, na proporção do número de alunos matriculados nas respectivas redes de educação básica pública presencial.

Vale ressaltar que as atividades nas quais devem ser aplicados os recursos do FUNDEB é para a manutenção do ensino e a valorização dos profissionais da educação e desenvolvimento da educação pública básica que abrange a educação infantil, o ensino

fundamental, o ensino médio, a educação especial, a educação integral, a educação no campo, a educação indígena e quilombola e a Educação de Jovens e Adultos com vigência até 2020. A extensão da ampliação dos beneficiários acolhidos pelos programas de transferência de renda e o aumento de despesas nas áreas de saúde e educação foram importantes para amortizar o impulso da fase de baixa do ciclo econômico (SENA, 2008).

Em relação ao financiamento da Educação de Jovens e Adultos a Lei 11.494/2007, em seu artigo 10, dispõe (BRASIL, 2007, grifo do autor):

Art. 10. A distribuição proporcional de recursos dos Fundos levará em conta as seguintes diferenças entre etapas, modalidades e tipos de estabelecimento de ensino da educação básica:

I - creche em tempo integral;

II - pré-escola em tempo integral;

III - creche em tempo parcial;

IV - pré-escola em tempo parcial;

V - anos iniciais do ensino fundamental urbano;

VI - anos iniciais do ensino fundamental no campo;

VII - anos finais do ensino fundamental urbano;

VIII - anos finais do ensino fundamental no campo;

IX - ensino fundamental em tempo integral;

X - ensino médio urbano;

XI - ensino médio no campo;

XII - ensino médio em tempo integral;

XIII - ensino médio integrado à educação profissional;

XIV - educação especial;

XV - educação indígena e quilombola;

XVI - educação de jovens e adultos com avaliação no processo;

XVII - educação de jovens e adultos integrada à educação profissional de nível médio, com avaliação no processo.

Na lei citada acima, no artigo 38 complementa que “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios deverão assegurar no financiamento da educação básica, previsto no art. 212 da Constituição Federal, a melhoria da qualidade do ensino, de forma a garantir padrão mínimo de qualidade definido nacionalmente”. (BRASIL, 2007)

O artigo 3º do Decreto nº 6.253/2007, afirma no parágrafo 1º que “A apropriação de recursos pela educação de jovens e adultos observará o limite de até quinze por cento dos recursos dos Fundos de cada Estado e do Distrito Federal” (BRASIL, 2007).

Com a instituição de um único fundo que financia toda a educação básica fica reservada uma parcela para a Educação de Jovens e Adultos que, segundo o 3º artigo do decreto nº 6.253/2007, estabelece um limite máximo de 15% para esta modalidade de ensino. O estabelecimento de 15% do FUNDB como teto máximo para a modalidade da Educação de Jovens e Adultos cria um limite para os gastos públicos com a EJA, barreira que não existe para outros níveis e modalidades.

2.1.5 PL 8035/2010 – Projeto de Lei PNE 2011-2020

No ano de 2010, entre os dias 28 de março e 1º abril, sucedeu a Conferência Nacional de Educação – Conae, que veio para constituir um vasto movimento abrangendo a coletividade política e vários setores da sociedade civil com vínculo à educação. Este foi um procedimento rico de debates democráticos que apresentou a proposta efetiva de diversos segmentos sociais discutindo o futuro da educação brasileira – desde o amparo em uma creche até a conclusão de uma Pós-Graduação – para ser retirado daí os elementos necessários para elaborar o Plano Nacional de Educação (PNE) com previsão para o período entre 2011-2020.

O Projeto de Lei (PL n. 8.035/2010) exposto pelo Governo Federal ao Congresso Nacional, datado de dezembro de 2010, em tramitação na Câmara Federal em Comissão Especial estabelecida para esse fim, não refletiu o conjunto das decisões da Conae. Os progressos obtidos no documento final da Conae, implicação das alterações e disputas internas ocorridas no espaço democrático de discussão que esta permitiu, não foram, em sua maioria, apreciados no PL n. 8.035/2010. Ademais, outros problemas são apresentados pelo referido projeto que apresenta dificuldades que precisam ser sanadas para que seja possível aprovar no Congresso Nacional um PNE que contemple as pretensões da sociedade brasileira. (ANPED, 2011)

Em cumprimento ao disposto no art. 214 da Constituição, são diretrizes do PNE - 2011/2020 conforme o art.2º do PL n. 8.035 (BRASIL, 2010):

Art. 2º São diretrizes do PNE - 2011/2020:

- I - universalização do atendimento escolar;
- II - universalização da alfabetização e da educação básica;
- III - superação das desigualdades educacionais;
- IV - melhoria da qualidade do ensino;
- V - pleno desenvolvimento da pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho;
- VI - promoção humanística, científica e tecnológica do País;
- VII - aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto;
- VIII – compromisso, articulação e responsabilização dos entes federados, em regime de colaboração, na garantia do direito à educação escolar.
- IX - valorização dos profissionais da educação;
- X - gestão democrática da educação;
- XI - garantia dos princípios da igualdade e do respeito à diversidade;
- XII - promoção da sustentabilidade sócio-ambiental; (ANPED, 2011 p. 23).

Dentro do que rege o Projeto de Lei 8.035, existem metas e estratégias com propostas feitas pela Anped para que se cumpra e se obedeça ao que se preceitua o PNE - 2011/2020, metas estas apoiadas em bases sólidas dispendida pelos censos nacionais da

educação básica e superior. Neste contexto, Oliveira (2011) afirma que a Associação de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), tem procurado meios para contribuir com a educação brasileira, em face ao debate e conhecimento acumulados, além de veiculados em espaços acadêmicos e políticos, seja pela coparticipação direta dos associados (como pesquisadores e estudiosos da educação com especificidades diversas), seja por meio da articulação entre as instituições da sociedade civil, buscando entender possibilidades que possam viabilizar a construção de um futuro melhor. Dentre as principais metas podemos destacar no âmbito da EJA (ANPED, 2011, p. 28):

Meta 08: Elevar a escolaridade média da população de dezoito a vinte e nove anos de modo a alcançar o mínimo de doze anos de estudo para as populações do campo, da região de menor escolaridade no país e dos vinte e cinco por cento mais pobres, bem como igualar a escolaridade média entre negros e não negros, com vistas à redução da desigualdade educacional.

Meta 09: Elevar a taxa de alfabetização da população com quinze anos ou mais para noventa e três vírgula cinco por cento até 2015, universalizar a alfabetização entre jovens e adultos até 2020, e reduzir em cinquenta por cento a taxa de analfabetismo funcional.

Meta 10: Constituir um sistema público de educação para os trabalhadores, em articulação com as redes públicas federais, estaduais e municipais, garantindo, no mínimo, vinte e cinco por cento das matrículas a jovens e adultos na forma integrada de EJA à educação profissional nos níveis fundamental e médio.

Vale ressaltar que a ANPED participou ativamente do processo da coordenação da Conae representando entidades de estudos e pesquisas em Educação: Associação Nacional pela Formação dos Profissionais da Educação (ANFOPE), Associação Nacional de Política e Administração da Educação (ANPAE) e Centros de Estudos Educação e Sociedade (CEDES) debruçados em debates já precedidos em muitos estados e municípios do país, através da participação direta dos associados, vem fielmente trabalhando em prol de conseguir sanar alguns problemas encontrados no PL nº 8. 035/2010 relacionados à organização das metas e execução das propostas (OLIVEIRA, 2011).

3 POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Desde a década de 1990 o Brasil vem testemunhando a ampliação do atendimento à educação formal em todos os planos em decorrência das modificações no mundo do trabalho e no formato organizacional e de participação social. Com a universalização do ensino fundamental, com atenção maior a população de 7 a 14 anos, percebeu-se redução do analfabetismo. (FERRARO, 2002).

Em busca de entender estas ampliações do atendimento na educação formal, buscou-se aqui nesta secção discorrer sobre as Políticas Públicas para a Educação de Jovens e Adultos no âmbito do governo federal.

3.1 PLANO DE METAS “COMPROMISSO TODOS PELA EDUCAÇÃO”

Instituído pelo Decreto Federal n. 6.094/2007, o Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação é tido como fundamental dentro do Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE e organiza-se como estratégia empregada para regulamentar o regime de cooperação entre os Municípios, Estados e Distrito Federal, com o conhecimento e participação das famílias e da comunidade, visando mobilizar a sociedade pelo benefício da qualidade da educação básica (BRASIL, 2007).

Camini (2010) comenta a importância do Plano para a integração dos entes federados:

A integração dos entes federados ao Plano é estabelecida através da assinatura de termo de adesão e tal parceria é traduzida “em compromisso” assumido com a implementação das vinte e oito diretrizes estabelecidas. Da data de lançamento do Plano de Metas Compromisso, em abril de 2007, até final de julho de 2008, o MEC conseguiu que “100% dos municípios brasileiros (5.563) e todos os 26 estados e Distrito Federal aderissem ao compromisso de metas de melhoria da qualidade” (CAMINI, 2010).

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB n. 9394/96, institui que:

Art. 8º: A União, os Estados, o DF e os municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º: Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo a função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais (BRASIL, 1996).

Anteposto a estes fundamentos, retoma-se ainda outros pactos e acordos já assumidos antes pelo MEC dentro do período da realização da Semana Nacional de Educação para Todos no ano de 1993, momento em que foi difundido o Compromisso Nacional de

Educação para Todos. No ano seguinte o Brasil realizou sua 1ª Conferência Nacional de Educação para Todos, em Brasília, de onde derivou o Acordo Nacional de Educação para Todos que predizia um programa de emergência fundamentado em três pontos principais: profissionalização do magistério, necessidades básicas de aprendizagem e regime de colaboração (CAMINI, 2010).

Algumas metas foram estabelecidas pelo Plano de Metas Compromisso todos pela Educação direcionadas a Educação de Jovens e Adultos, dentre elas a reorganização do Programa Brasil Alfabetizado, que no ano de 2007 engajou com prioridade os municípios da região Nordeste e/ou alguns outros com os piores indicadores de analfabetismo (na faixa de 35%). Em direcionamento a este critério, seria atendida cerca de 30% da população analfabeta do País pelo Programa e cerca de 93% somente no Nordeste. O desafio de extirpar o analfabetismo é enorme em um país com tamanha desigualdade social. (HADDAD, 2007).

3.2 PLANO DE DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO – PDE

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE) foi lançado no ano de 2007, pelo Ministro da Educação, Fernando Haddad, no governo do Presidente Luís Inácio Lula da Silva. Segundo Saviani (2007) o PDE tem como objetivo o diagnóstico dos problemas educacionais e operacionalizar políticas por meio de ações (SAVIANI, 2007 P. 1239):

Confrontando-se a estrutura do Plano Nacional de Educação (PNE) com a do Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), constata-se que o segundo não constitui um plano, em sentido próprio. Ele se define, antes, como um conjunto de ações que, teoricamente, se constituiriam em estratégias para a realização dos objetivos e metas previstos no PNE. Com efeito, o PDE dá como pressupostos o diagnóstico e o enunciado das diretrizes, concentrando-se na proposta de mecanismos que visam à realização progressiva de metas educacionais.

Para tais ações o PDE precisa ter um olhar bem amplo, assim se estrutura em pilares (BRASIL, 2007 p. 11):

- I. Visão sistêmica da educação;
- II. Territorialidade;
- III. Desenvolvimento;
- IV. Regime de colaboração;
- V. Responsabilização;
- VI. Mobilização social.

Seus programas podem ser organizados em quatro eixos norteadores: educação básica, educação superior, educação profissional e alfabetização (BRASIL, 2007).

Segundo Saviani, (2007, p. 1245) o PDE possui dois pilares de sustentação: o técnico e financeiro que:

Do ponto de vista técnico, o PDE se apóia em dados estatísticos referentes ao funcionamento das redes escolares de educação básica e em instrumentos de avaliação construídos a partir de indicadores do aproveitamento dos alunos e expressos nas provas aplicadas regularmente sob coordenação do INEP, a partir dos quais foi elaborado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB). É este índice que se constitui no recurso técnico por excelência para monitorar a implementação do PDE, definir e redefinir as metas, orientar e reorientar as ações programadas e avaliar os resultados, etapa por etapa, em todo o período de operação do plano, que se estenderá até o ano de 2022. Do ponto de vista financeiro, os recursos básicos com que conta o PDE são aqueles constitutivos do FUNDEB, aos quais o MEC se propõe a adicionar, em 2007, um bilhão de reais visando a atender prioritariamente os mil municípios com os mais baixos níveis de qualidade aferidos pelo IDEB.

Com o PDE, a modalidade de ensino Educação de Jovens e Adultos ganha mais atenção, onde o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), que fica estabelecido 11% do dinheiro deve ser investido nesta modalidade de ensino. (SAVIANI, 2007)

3.3 PLANO DE AÇÕES ARTICULADAS – PAR

Formalizado pelo PDE, o Plano de Ações Articuladas (PAR) contribuiu no sentido de fornecer a harmonia municípios-estados-União. Foi instituído por meio do Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007, com a previsão de apoio por parte da União, Consta no Decreto Federal nº 6.094 (BRASIL, 2007):

Art. 8º As adesões ao Compromisso nortearão o apoio suplementar e voluntário da União às redes públicas de educação básica dos Municípios, Distrito Federal e Estados.

§ 1º O apoio dar-se-á mediante ações de assistência técnica ou financeira, que privilegiarão a implementação das diretrizes constantes do art. 2º, observados os limites orçamentários e operacionais da União.

§ 2º Dentre os critérios de prioridade de atendimento da União, serão observados o IDEB, as possibilidades de incremento desse índice e a capacidade financeira e técnica do ente apoiado, na forma de normas expedidas pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação - FNDE.

Assim definido pelo Art. 9º do Decreto de nº 6.094, o Plano de Ações Articuladas (PAR) se caracteriza como um plano plurianual, baseado em diagnósticos para identificar medidas mais adequadas para administrar o sistema educacional, consta no Art. 9º do Decreto de nº 6.094, conforme (BRASIL, 2007):

Art. 9º O PAR é o conjunto articulado de ações, apoiado técnica ou financeiramente pelo Ministério da Educação, que visa o cumprimento das metas do Compromisso e a observância das suas diretrizes.

§ 1º O Ministério da Educação enviará ao ente selecionado na forma do art. 8º, § 2º, observado o art. 10, § 1º, equipe técnica que prestará assistência na elaboração do diagnóstico da educação básica do sistema local.

§ 2º A partir do diagnóstico, o ente elaborará o PAR, com auxílio da equipe técnica, que identificará as medidas mais apropriadas para a gestão do sistema, com vista à melhoria da qualidade da educação básica, observado o disposto no art. 8º, §§ 3º e 4º.

Ao que implica o quesito avaliação, fica o MEC incumbido deste feito a fim de que se faça cumprir o que está expresso no artigo 21 da Resolução/ CD/ FNDE /n.º 029, de 20 de junho de 2007.

O inadimplemento dos compromissos assumidos no Termo de Adesão e todos os demais casos não previstos, que possam comprometer os resultados do alcance das metas serão analisados pelo MEC, suas Secretarias-fim e o FNDE, com proposta de redimensionamento das ações (BRASIL, 2007).

Para a assistência financeira suplementar disponibilizada para projetos educacionais, é necessária uma organização de uma comissão técnica apropriada para avaliar e aprovar o PAR. (BRASIL, 2007)

3.4 PROGRAMAS BRASIL ALFABETIZADO

O investimento em programas emergenciais perdura até os dias atuais. Ao assumir o governo, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva lança o Programa Brasil Alfabetizado (PBA) que foi instituído em 2003 pelo Decreto nº 4.834/03. Este decreto foi revogado pelo Decreto nº 6.096/07, que estabelece o seguinte é objetivo para o PBA (BRASIL, 2007):

Art. 1º O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais. Art. 2º O Programa atenderá, prioritariamente, os Estados e Municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo Demográfico de 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE.

A meta do Programa Brasil Alfabetizado é eliminar o analfabetismo no País. O programa é executado por meio de convênios com instituições alfabetizadoras de jovens e adultos, estas instituições tem a responsabilidade de capacitar os alfabetizadores, controlar as inscrições e organizar o processo de alfabetização. A viabilização é feita pelo MEC mediante repasse de recursos, acompanhamento e avaliação das ações dos conveniados.

O artigo 4º do Decreto nº 6.096/07 trata dos critérios para recebimento de assistência técnica e financeira (BRASIL, 2007):

Art. 4º É requisito para o recebimento de assistência técnica e financeira pelo Estado, Distrito Federal ou Município, no âmbito do Programa, a elaboração de um Plano Plurianual de Alfabetização, contendo, no mínimo, o seguinte.

I - metas de alfabetização de jovens e adultos, relacionadas:

- a) à demanda;
- b) à taxa de analfabetismo; e
- c) aos indicadores educacionais específicos;
- II - metodologia de formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas;
- III - diretrizes pedagógicas de alfabetização;
- IV - sistema de acompanhamento e gestão do Programa;
- V - sistema de avaliação dos resultados do Programa.

Os processos e critérios usados para transferência de recursos ao Programa Brasil Alfabetizado aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios apoiam-se em bases legais como: Constituição Federal de 1988- art. 208; Lei nº 8.666/93; Lei nº 9.394/96; Lei complementar nº 101/2000; Lei nº 10.172/2001; Lei 10.880/2004.

No documento intitulado “Princípios, Diretrizes, Estratégias e Ações de Apoio ao Programa Brasil Alfabetizado: Elementos para a Formação de Coordenadores de Turmas e de Alfabetizadores”, da Conferência Nacional de Educação, destacam-se os seguintes princípios do Programa Brasil Alfabetizado: (BRASIL, 2011, p. 08):

- a) criar oportunidade de alfabetização a todos os jovens, adultos e idosos que não tiveram acesso ou permanência no ensino fundamental;
- b) promover com qualidade o acesso à educação de jovens, adultos e idosos e sua continuidade no processo educativo;
- c) mobilizar gestores estaduais e municipais para ampliar a oferta de Educação de Jovens e Adultos – EJA;
- d) qualificar a oferta de alfabetização para jovens, adultos e idosos por meio da implementação de políticas de formação, de distribuição de materiais didáticos e literários, de incentivo à leitura e de financiamento.

O Programa Brasil Alfabetizado, segundo o MEC, é um programa a fim de abranger o público de jovens e adultos e é visto como o caminho de entrada à cidadania resguardada pelo despertar do interesse escolar e nível de escolaridade (SILVA, 2011).

3.5 PROGRAMA NACIONAL DE INTEGRAÇÃO DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL COM A EDUCAÇÃO BÁSICA NA MODALIDADE DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS – PROEJA

Antes de discorrer sobre o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos (Proeja), faz-se necessário compreender dois Decretos: 5478/05 e o 5.840/06. O Decreto 5.478/05 deu origem ao Programa de Integração da Educação Profissional ao ensino médio na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos – Proeja. O objetivo deste programa é a oferta de educação profissional técnica de nível Médio. Surgiram várias discussões em relação a abrangência deste programa levando assim a revogação do mesmo e a promulgação do Decreto 5.840/06. No novo Decreto ocorreram algumas mudanças no campo de atuação do Programa, assim está explícito no documento de base do Proeja (BRASIL, 2007 p. 9):

A revogação do Decreto nº 5.478/2005, pela promulgação do Decreto nº 5.840, de 13 de julho de 2006, trouxe diversas mudanças para o programa, entre elas a ampliação da abrangência, no que concerne ao nível de ensino, pela inclusão do ensino fundamental, e, em relação à origem das instituições que podem ser proponentes, pela admissão dos sistemas de ensino estaduais e municipais e entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional, passando a denominação para Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos.

A partir do Decreto nº 5.840/06 a educação profissional passou a abranger tanto ensino fundamental como o ensino médio.

Estão especificadas no Decreto nº 5840/06, conforme o inciso 1º do artigo 1º, a abrangência do Proeja (BRASIL, 2006):

§ 1º O PROEJA abrangerá os seguintes cursos e programas de educação profissional:

I - formação inicial e continuada de trabalhadores;

II - educação profissional técnica de nível médio.

§ 2º Os cursos e programas do PROEJA deverão considerar as características dos jovens e adultos atendidos, e poderão ser articulados:

I - ao ensino fundamental ou ao ensino médio, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador, no caso da formação inicial e continuada de trabalhadores.

II - ao ensino médio, de forma integrada ou concomitante.

§ 3º O PROEJA poderá ser adotado pelas instituições públicas dos sistemas de ensino estaduais e municipais e pelas entidades privadas nacionais de serviço social, aprendizagem e formação profissional vinculada ao sistema sindical (“Sistema S”), sem prejuízo do disposto no § 4º deste artigo.

§ 4º Os cursos e programas do PROEJA deverão ser oferecidos, em qualquer caso, a partir da construção prévia de projeto pedagógico integrado único, inclusive quando envolver articulações interinstitucionais ou intergovernamentais.

Os cursos oferecidos pelo Proeja são oferecidos em três alternativas: Formação inicial e continuada com ensino fundamental, Formação inicial e continuada com o ensino médio e Educação profissional técnica de nível médio. (BRASIL, 2007).

3.6 PROGRAMA NACIONAL DE INCLUSÃO DE JOVENS – PROJOVEM

O Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) foi instituído pela Lei n.º 11.129 de 30 de junho de 2005, é regido pela Lei nº 11.692, de 10 de junho de 2008 e está regulamentado pelo Decreto nº 6.629, de 04 de novembro de 2008.

O Programa Projovem conforme o artigo 2º da Lei 11.692/08 está dividido em quatro modalidades (BRASIL, 2008):

Art. 2º O Projovem, destinado a jovens de 15 (quinze) a 29 (vinte e nove) anos, com o objetivo de promover sua reintegração ao processo educacional,

sua qualificação profissional e seu desenvolvimento humano, será desenvolvido por meio das seguintes modalidades:

I - Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo;

II - Projovem Urbano;

III - Projovem Campo - Saberes da Terra;

IV - Projovem Trabalhador

Cada um destes programas tem um órgão federal responsável.

O Projovem Adolescente-Serviço socioeducativo é destinado para jovens com idade entre 15 a 17 anos de idade; Projovem Urbano, Projovem do campo e Projovem trabalhador são destinados para jovens com idade entre 18 e 29 anos de idade.

Os artigos 9º e 10º da Lei 11.692/08 tratam sobre o Projovem Adolescente (BRASIL, 2008):

Art. 9º O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo, compreendido entre os serviços de que trata o programa, tem como objetivos:

I - complementar a proteção social básica à família, criando mecanismos para garantir a convivência familiar e comunitária;

II - criar condições para a inserção, reinserção e permanência do jovem no sistema educacional.

Art. 10. O Projovem Adolescente - Serviço Socioeducativo destina-se aos jovens de 15 (quinze) a 17 (dezesete) anos:

I - pertencentes a família beneficiária do Programa Bolsa Família - PBF;

II - egressos de medida socioeducativa de internação ou em cumprimento de outras medidas socioeducativas em meio aberto, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente;

III - em cumprimento ou egressos de medida de proteção, conforme disposto na Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990;

IV - egressos do Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI; ou

V - egressos ou vinculados a programas de combate ao abuso e à exploração sexual.

O órgão responsável pela execução e gestão deste programa é o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome – MDS. Os jovens de famílias beneficiárias do Bolsa Família e jovens em situação de risco pessoal e social encaminhados pelos Serviços de Proteção Social Especial (SUAS), ou pelos órgãos do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente são o público alvo deste programa.

O artigo 12º da Lei nº 11.692/08 (BRASIL, 2008) aponta que “Art. 12. O Projovem Urbano atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, que saibam ler e escrever e não tenham concluído o ensino fundamental”. O Programa Projovem Urbano tem como órgão responsável a Secretaria Geral da Presidência da República.

Já no caso do Projovem Campo – Saberes da Terra, o Ministério da Educação é o responsável pela execução e gestão deste programa. O objetivo é elevar o grau de escolaridade de jovens com idade entre 18 a 29 anos, além do grau de escolaridade há também a qualificação profissional (BRASIL, 2008):

Art. 14. O Projovem Campo - Saberes da Terra tem como objetivo elevar a escolaridade dos jovens da agricultura familiar, integrando a qualificação social e formação profissional, na forma do art. 81 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, estimulando a conclusão do ensino fundamental e proporcionando a formação integral do jovem, na modalidade educação de jovens e adultos, em regime de alternância, nos termos do regulamento.

Art. 15. O Projovem Campo - Saberes da Terra atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, residentes no campo, que saibam ler e escrever, que não tenham concluído o ensino fundamental e que cumpram os requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006.

Por último, o Programa Projovem trabalhador tem como órgão responsável o Ministério do Trabalho e Emprego. Nos artigos 16º e 17º da Lei 11.692/08 destaca que (BRASIL, 2008):

Art. 16. O Projovem Trabalhador tem como objetivo preparar o jovem para o mercado de trabalho e ocupações alternativas geradoras de renda, por meio da qualificação social e profissional e do estímulo à sua inserção.

Art. 17. O Projovem Trabalhador atenderá a jovens com idade entre 18 (dezoito) e 29 (vinte e nove) anos, em situação de desemprego e que sejam membros de famílias com renda mensal per capita de até 1 (um) salário-mínimo, nos termos do regulamento.

O programa Projovem faz parte do programa bolsa família que é o maior programa social do Brasil. Sendo que o segundo programa social do Brasil é o Brasil Alfabetizado. Para participar do Programa Projovem é necessário que a família esteja cadastrada no Programa Federal Bolsa Família.

O Projovem contribui com a reinserção do jovem na escola abrindo as portas para as oportunidades de emprego e inclusão digital (DI PIERRO, 2005).

4 ANÁLISE DA INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AÇÕES E PROGRAMAS DESENVOLVIDOS PELA SEMED/ARIQUEMES EM PROL DA EJA NA GESTÃO 2005-2012

Nesta seção, primeiramente, estão apresentados o procedimento metodológico para o desenvolvimento da pesquisa e a caracterização do local da investigação empírica, o sistema municipal de ensino de Ariquemes-RO. Em seguida, está registrada a análise da influência da política nacional para EJA nas ações e programas desenvolvidos pela Semed/Ariquemes em prol da EJA na gestão 2005-2012 a partir da apresentação da política municipal para a Educação de Jovens e Adultos em seu planejamento (Plano Municipal de Educação) e programas desenvolvidos.

4.1 PROCEDIMENTO METODOLÓGICO

Esta pesquisa foi realizada a partir de uma abordagem qualitativa na finalidade de compreender a realidade das políticas educacionais da EJA. O estudo qualitativo pode ser feito por diferentes caminhos. Para esta pesquisa, o método de coleta das informações foi pesquisa bibliográfica em autores que apresentam a Educação de Jovens e Adultos no contexto brasileiro e discutem as políticas públicas para esta modalidade e pesquisa documental a partir da leitura das orientações oficiais nacionais e municipal para as ações em prol da Educação de Jovens e Adultos na rede municipal de Ariquemes.

A etapa de análise dos documentos propõe-se a produzir ou reelaborar conhecimentos e criar novas formas de compreender os fenômenos. É condição necessária que os fatos devem ser mencionados, pois constituem os objetos da pesquisa, mas, por si mesmos, não explicam nada. O investigador deve interpretá-los, sintetizar as informações, determinar tendências e na medida do possível fazer a inferência. (SILVA ET AL, 2009 P. 10):

A pesquisa foi realizada junto ao sistema municipal de ensino de Ariquemes-RO, para tanto, fez-se o estudo do Plano Municipal de Ariquemes e do Relatório de Gestão da Semed/Ariquemes (2005-2012), ambos, documentos disponibilizados à comunidade acadêmica do Campus de Ariquemes.

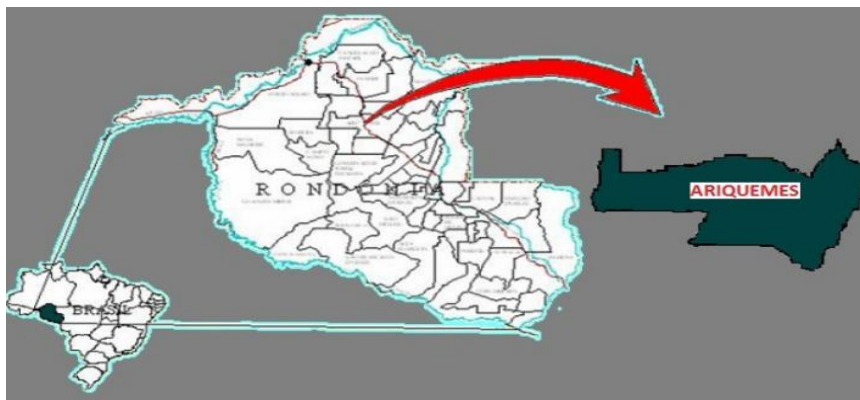
Também foram feitas visitas à Secretaria Municipal de Ariquemes, setor de Coordenação da Educação de Jovens e Adultos. Nestas visitas foram fornecidos documentos com dados quantitativos que subsidiaram a produção de gráficos que apresentam o cenário da EJA na rede municipal de ensino de Ariquemes e também informações acerca do acompanhamento das ações em prol da EJA que permitiram a análise da política municipal para esta modalidade.

4.2 CARACTERIZAÇÃO DO LOCAL DA INVESTIGAÇÃO EMPÍRICA, O SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES-RO

O município de Ariquemes é localizado no Centro-Norte do estado de Rondônia e teve sua emancipação no dia 21 de novembro de 1977. O nome Ariquemes é uma referência ao povo indígena Arikê.

O município é o mais desenvolvido do território do Vale do Jamary, que compreende os espaços rurais e urbanos de nove municípios: Alto Paraíso, Ariquemes, Buritis, Cacaulândia, Campo Novo de Rondônia, Cujubim, Machadinho do Oeste, Monte Negro e Rio Crespo. (PTDRS 2006).

FIGURA 01- Localização do município de Ariquemes-RO



Fonte: Localização geográfica de Ariquemes – Rondônia. Disponível em: <http://www.laifi.com/laifi.php?id_laifi=2734&idC=52641#>. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

A economia é baseada na pecuária, produção de café, cacau, arroz, milho, mandioca, garimpo, indústrias de diversos segmentos.

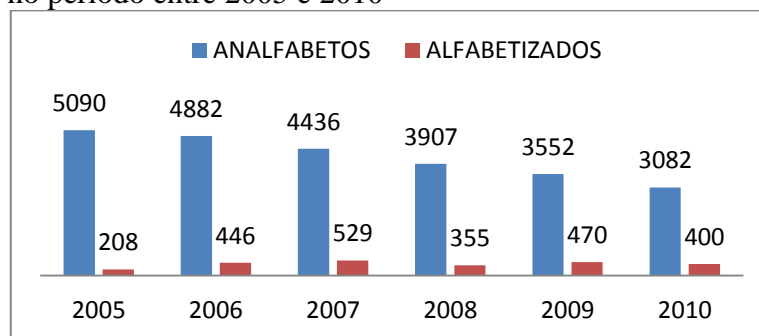
No município de Ariquemes, até o ano de 2009, existiam 75 escolas municipais, com oferta de ensino na Educação infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos; e nove escolas estaduais com oferta de Ensino Fundamental, Médio e EJA. Além das escolas públicas municipais e estaduais, ainda existem as escolas particulares. O ensino superior é ofertado tanto por instituições particulares como também por instituições públicas. (PME, 2010).

4.3 A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NO SISTEMA MUNICIPAL DE ENSINO DE ARIQUEMES

Para analisar as políticas públicas voltadas para EJA, precisou-se apresentar dados sobre a situação de analfabetos e alfabetizados no município de Ariquemes-RO, assim os

dados que constituem os gráficos abaixo foram fornecidos pelo Setor de Estatística da Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes (SEMED), os gráficos aqui apresentados referem-se ao período entre 2005-2011.

GRÁFICO 01: Total de analfabetos e número de alfabetizados por ano em Ariquemes-RO, no período entre 2005 e 2010



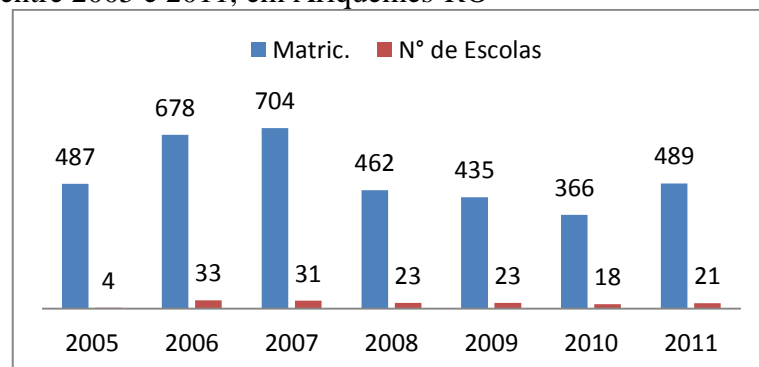
Fonte: SEMED/Ariquemes, Setor de Estatística

Segundo dados fornecidos pela SEMED, 2007 e 2009 foram os anos de maior aumento no número de alfabetização na EJA, sendo 529 e 470 pessoas alfabetizadas, respectivamente.

No período correspondente a cinco anos o número de analfabetos do município de Ariquemes-RO caiu de 5090 analfabetos para 3082. São números significativos, mas, em comparação com as metas propostas, são poucos e atingem apenas 11% da demanda, o que nos faz acreditar que não é suficiente para alcançar as metas propostas de erradicar o analfabetismo no tempo previsto nas políticas públicas para a EJA no período de tempo de dez anos, assim estabelecidos pelo Ministério da Educação.

O gráfico apresentado abaixo apresenta os números de matrículas em comparação com os números de escolas que oferecem oferta de vagas para a modalidade de ensino da EJA.

GRÁFICO 02: Matrículas no 1º seguimento por escola municipal (1º- 4º ano), no período entre 2005 e 2011, em Ariquemes-RO

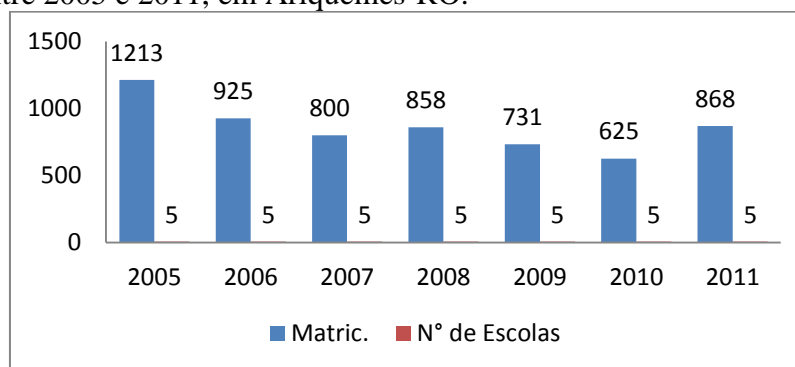


Fonte: SEMED Setor de Estatística

Nas turmas compreendidas entre o 1º a 4º ano, no período de 2005 a 2011, ficou estabelecida a seguinte relação matrículas/escola: 2005 (487/4); em 2006 (678/33); em 2007 (704/31); em 2008 (462/23); em 2009 (435/23); em 2010 (366/18); e, em 2011 (489/21).

O ano de 2007 foi o que obteve um maior número de matrículas neste seguimento. E, 2006, destaca-se como o ano de expansão do número de escolas atendendo este público na rede municipal de Ariquemes.

GRÁFICO 03: Matrículas no 2º seguimento por escola municipal (5º - 8º ano), no período entre 2005 e 2011, em Ariquemes-RO.



Fonte: SEMED Setor de Estatística

Nas turmas do 2º seguimento, 5º ao 8ºano, houve uma diminuição no número de matrículas, de 1213 matrículas efetivadas em 2005 para 868 no final do período, 2011.

A diminuição oscilou no período estudado, sendo 2010 o ano com menor número de matrículas, 625 e, 2005, o ano com o maior número, 1213, uma diferença significativa entre os dois anos aqui destacados.

Quanto aos números de escolas que ofertam o ensino para este público, continuou estável, cinco escolas em todo o período apresentado.

4.4 O PLANEJAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: PLANO MUNICIPAL PARTICIPATIVO DE ARIQUEMES-RO

O Plano Municipal de Educação (PME) foi elaborado na gestão aqui estudada (2005-2012). Em relação a este Plano, importa fazer algumas considerações. O documento norteador para a elaboração do PME do Ministério da Educação afirma que “a elaboração de um PME constitui-se como o momento de um planejamento conjunto do governo com a sociedade civil que, com base científica e com a utilização de recursos previsíveis, deve ter como intuito responder às necessidades sociais” (BRASIL, 2005, p. 10).

Quanto aos atores de elaboração do PME, consta no documento norteador para a elaboração do PME do Ministério da Educação (2005 p. 20):

Ao decidir pela elaboração de seu Plano Municipal, os gestores devem desenvolver ações para, no decorrer de sua construção, garantir um amplo processo democrático de participação, envolvendo os diferentes atores que, de forma direta ou indireta, influenciam na qualidade da educação do Município. Devem participar deste processo educativo de elaboração, o Poder Executivo, o Poder Legislativo, o Ministério Público e a Sociedade Civil Organizada.

O Plano Nacional de Educação (PNE) configura-se como unidade maior, sendo que, para conseguir cumprir com os objetivos do PNE é necessário também a elaboração de um Plano Estadual de Educação (PEE) e um Plano Municipal de Educação (PME) que valorizem os traços de cada região. Assim, o PME de um município, não serve para o outro município do mesmo estado devido cada município ter suas peculiaridades tais como; caracterização física, infra-estrutura, aspectos populacionais, aspectos socioeconômicos, aspectos culturais e aspectos educacionais. E essas peculiaridades fazem toda a diferença na elaboração do PME. É necessário que o PME esteja em conformidade com o PNE e PEE. Todos os planos tanto em esfera federal, estadual como municipal são decenais. (BRASIL, 2005).

Para sua formulação, o planejamento da educação nacional fixou respaldo na Constituição Federal de 1988 que, em seu art. 214, determina a elaboração de um Plano Nacional de Educação com os seguintes desafios: erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; melhoria da qualidade do ensino; formação para o trabalho; promoção humanística, científica e tecnológica do País.

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração decenal, com o objetivo de articular o sistema nacional de educação em regime de colaboração e definir diretrizes, objetivos, metas e estratégias de implementação para assegurar a manutenção e desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis, etapas e modalidades por meio de ações integradas dos poderes públicos das diferentes esferas federativas que conduzam a:

- I - erradicação do analfabetismo;
- II - universalização do atendimento escolar;
- III - melhoria da qualidade do ensino;
- IV - formação para o trabalho;
- V - promoção humanística, científica e tecnológica do País.
- VI - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do produto interno bruto. (BRASIL, 1988).

O planejamento da educação está amparado na Lei de Diretrizes de Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9.394/96, Parágrafo 1º do art. 87, que trata das disposições transitórias e indica a década da educação, a contar a partir de um ano da promulgação da Lei, ou seja, 1997-2006. Ficam reafirmadas as obrigações do Plano Nacional de Educação – PNE e determina o limite de um ano para sua preparação, exigindo sua aprovação no Congresso Nacional.

Art. 87. É instituída a Década da Educação, a iniciar-se um ano a partir da publicação desta Lei.

§ 1º. A União, no prazo de um ano a partir da publicação desta Lei, encaminhará, ao Congresso Nacional, o Plano Nacional de Educação, com diretrizes e metas para os dez anos seguintes, em sintonia com a Declaração Mundial sobre Educação para Todos. (BRASIL, 1996)

A LDB traz em seus artigos 8º, 9º e 11º legislações específicas que tratam da Organização Nacional da Educação:

Art. 8º. A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, os respectivos sistemas de ensino.

§ 1º. Caberá à União a coordenação da política nacional de educação, articulando os diferentes níveis e sistemas e exercendo função normativa, redistributiva e supletiva em relação às demais instâncias educacionais.

§ 2º. Os sistemas de ensino terão liberdade de organização nos termos desta Lei. o Distrito Federal e os Municípios.

Com bases nestes ordenamentos

Art. 9º. A União incumbir-se-á de:

I - elaborar o Plano Nacional de Educação, em colaboração com os Estados,

legais o Plano Municipal de Educação Participativo de Ariquemes-RO (PME/Ariquemes) foi aprovado pela Lei nº 1.533, de 18 de março de 2010, com estes ordenamentos, o PME/Ariquemes marcha em conformidade com o Legislativo Federal, Estadual e Municipal em vigor, estabelecendo objetivos, metas e ações no âmbito educacional por um período de dez anos. Para seu respectivo acompanhamento e adequação, a referida lei designa, além disso, o Fórum Municipal de Educação como órgão permanente devendo atuar de forma integrada com os organismos de educação da União, do Estado e deste Município, bem como com toda a sociedade civil de forma participativa, tendo como principais atribuições dispostas no Plano Municipal Participativo (2010, p. 2):

I. A elaboração de instrumentos de planejamento, acompanhamento, fiscalização e monitoramento das ações previstas no plano;

II. Realizar coleta e análise de dados que estabeleçam parâmetros para as medidas que devem ser adotadas;

III. Realizar conferências no campo e na cidade para avaliação e possíveis encaminhamentos de sugestões aos poderes executivos nas três esferas de governo;

IV. Acompanhar a disponibilidade orçamentária e financeira do Município para a realização das ações previstas no plano;

V. Planejar, coordenar, organizar e encaminhar propostas das Conferências Gerais do Fórum.

Para elaboração do PME/Ariquemes, após a realização da II Plenária do Fórum Municipal de Educação, que aconteceu no dia 26 de março de 2008 e efetiva consumação da primeira oficina simultânea das Câmaras Temáticas, foram estabelecidos, em conformidade com o PNE, eixos temáticos com relevância em suas etapas, níveis, temas e modalidades de ensino, sendo esta constituída dos seguintes eixos temáticos: Educação Infantil; Ensino

Fundamental; Ensino Médio; Educação Superior; **Educação de Jovens e Adultos**; Educação do Campo; Inclusão e Diversidade; Formação e Valorização dos Trabalhadores em Educação; Gestão Democrática das Escolas, Redes e Sistemas de Ensino; Financiamento da Educação; Educação a Distância e Tecnologias Educacionais; Educação Profissional e Tecnológica; Educação Integral; Arte Educação e Desporto Escolar, totalizando quinze eixos com espaços privilegiados dentro do PME (ARIQUEMES, 2010, grifo do autor).

4.4.1 A Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de Ariquemes

Com a criação do Plano Municipal de Educação percebeu-se os benefícios trazidos pelo acolhimento de Jovens e Adultos mediante uma modalidade de ensino. Em regime de processo participativo de construção, o PME/Ariquemes apresenta a Educação de Jovens e Adultos em três dimensões: Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos/Metas, resguardando para esta modalidade nove objetivos/metasp com suas respectivas ações, apresentados no quadro abaixo:

QUADRO 01 - Objetivos/Metas e ações referentes à Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de Ariquemes Continua

OBJETIVOS/METAS	AÇÕES
META 01: Oferecer vagas a 6.600 (seis mil e seiscentos) jovens e adultos da área urbana e a 2.211 (dois mil, duzentos e onze) da área rural que não concluíram o ensino fundamental e querem estudar, a partir de 2010, ampliando 660 (seiscentas e sessenta) vagas anuais na área urbana e 221 (duzentas e vinte e uma) na área rural, na vigência do Plano, pela Rede Estadual, Municipal e SESC Ler.	1ª Mapear a população sem escolaridade na área rural e urbana do município, identificando onde se encontram as demandas. 2ª Ampliação do quadro de professores, com formação específica, qualificando o ensino aprendizagem dos Jovens e Adultos. 3ª Instalação de Energia Elétrica na área rural, nas escolas que não possuem este atendimento, através do Programa Luz para Todos e aprimoramento na qualidade da iluminação nas dependências de todas as escolas utilizadas no período noturno. 4ª Mobilização das escolas públicas e privadas na oferta de ensino. 5ª Sensibilização e conscientização da sociedade, sobre o direito à educação
META 02: Fortalecer, no Município, a oferta de Programas de Alfabetização de Jovens e adultos: Brasil Alfabetizado, Ariquemes Educar e outros programas, garantindo acesso à escolarização aos 1.361 (um mil, trezentos e sessenta e um) analfabetos na área rural, sendo alfabetizadas 170	Criação, através de Lei Municipal, de programa de alfabetização de jovens e adultos específico para a área rural, onde os critérios do Programa Brasil Alfabetizado não atendem à comunidade.

QUADRO 01 - Objetivos/Metas e ações referentes à Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de Ariquemes

Continuação

(cento e setenta) pessoas por ano em 8 (oito) anos, e aos 1.190 (um mil, cento e noventa) analfabetos na área urbana, sendo alfabetizados 365 (trezentas e sessenta e cinco) pessoas por ano em 6 (seis) anos.	
META 03: Reivindicar à Secretaria Estadual de Educação a implantação gradativa da EJA Ensino Fundamental e Médio no campo, prioritariamente nas escolas polo, através do Sistema Modular, a partir de 2010.	1ª Estabelecimento de parceria com o CEEJAAR, para implantação do Sistema Modular– Ensino Fundamental e Médio. 2ª Provisão de transporte escolar, alimentação escolar e material didático aos matriculados na modalidade.
META 04: Buscar, junto à Secretaria de Saúde, atendimento oftalmológico, a fim de garantir a realização de consultas e aquisição de óculos para os alunos da EJA com baixa visão, conforme prevê Portaria Interministerial do Plano Desenvolvimento Educacional – PDE que cria o Programa Olhar Brasil.	1ª Triagem anual dos alunos, através de teste de Acuidade Visual e encaminhamento da listagem dos alunos necessitados à Secretaria Municipal de Saúde. 2ª Treinamento dos educadores para a aplicação do teste de Acuidade Visual. 3ª Consecução de recursos junto a órgãos governamentais e não governamentais.
META 05: Assegurar alimentação escolar a todos os alunos da EJA, no campo e cidade, de acordo com a matrícula semestral, durante todo o ano letivo.	1ª Destinação de recursos para alimentação proporcional ao número de alunos matriculados. 2ª Busca de parcerias junto ao Banco de Alimento do Município, no fornecimento de produtos às escolas a serem utilizados no preparo da alimentação escolar. 3ª Produção de hortaliças na horta da escola, para enriquecimento da alimentação. 4ª Acompanhamento pelo Conselho de Alimentação Escolar – CAE, junto às escolas, verificando o fornecimento e a qualidade da Alimentação Escolar oferecida aos alunos.
META 06: Garantir formação continuada específica a todos os professores que atuam na Modalidade EJA, com início em 2010.	organizações não governamentais para formação continuada dos professores. 4ª Formação dos professores que atuam nos anos iniciais, considerando também as especificidades das escolas do campo, através de cursos a distância em prática pedagógica, por meio da Universidade Aberta do Brasil – UAB e outras Instituições de Ensino Superior – IES.
META 07: Construir, em 2010, uma proposta curricular interdisciplinar para a Educação de Jovens e Adultos, com conteúdos significativos, trabalhando formação de valores éticos, relações humanas, o respeito à vida e o fortalecimento da cultura regional.	1ª Elaboração da proposta curricular de forma coletiva, com os docentes e coordenadores pedagógicos das escolas que atuam na modalidade EJA, contemplando o contexto social, econômico, demográfico e geográfico do município. 2ª Adequação do calendário letivo à realidade da comunidade escolar, considerando o período de trabalho na produção agrícola, adequando aos ciclos do trabalho rural, conforme a realidade dos alunos de cada estabelecimento, mediante pesquisas para conhecimento das especificidades locais.

QUADRO 01 - Objetivos/Metas e ações referentes à Educação de Jovens e Adultos no Plano Municipal de Educação de Ariquemes

Conclusão	
	<p>3ª Elaboração de projetos, em 2010, e envio ao Ministério da Educação - MEC e Secretaria Estadual de Educação, solicitando recursos para aquisição de materiais didáticos e pedagógicos.</p> <p>4ª Destinação de recursos no orçamento da educação para aquisição de materiais didáticos pedagógicos, específicos para a EJA, no início de cada ano letivo, de acordo com a matrícula inicial.</p>
<p>META 08: Promover cursos profissionalizantes aos alunos da EJA, adequando-os ao calendário letivo escolar de acordo a cada região no campo e cidade, a partir de diagnóstico realizado, de forma gradativa, com início em 2010.</p>	<p>1ª Elaboração de plano, com critérios definidos, estabelecendo a inclusão de cursos profissionalizantes na Educação de Jovens e Adultos.</p> <p>2ª Sensibilização e criação de parcerias com entidades públicas, privadas e com instituições que prestam serviços na cidade e campo, como: IDARON, CEPLAC, EMATER, SENAR, SENAI, SENAC, SEBRAE, ACIA, SESC e Secretaria da Agricultura, no oferecimento de cursos profissionalizantes.</p> <p>3ª Ampliação do oferecimento de cursos de informática aos alunos da EJA nos laboratórios implantados nas escolas.</p> <p>4ª Intensificação do Programa Ariquemes Educar motivando as entidades sociais como: Igrejas, Associações, Sindicatos, Movimentos Sociais e Empresas Privadas, na promoção de mecanismos de redução do analfabetismo.</p>
<p>META 09: Fiscalização dos Recursos destinados à Educação de Jovens e Adultos, pelo conselho do Fundo Nacional de Desenvolvimento de Educação Básica - FUNDEB, verificando a correta aplicação nas Unidades de Ensino.</p>	<p>Capacitação dos Membros do Conselho do FUNDEB para o desempenho correto das suas funções</p>

Fonte: Elaboração do Autor, 2013.

Por mais que houvesse uma política de alfabetização bastante intensificada com a ampliação da oferta de estudos nesta modalidade de ensino aumentado os números de ofertas de vagas e parcerias com outras entidades para alfabetizar jovens e adultos, o que preocupa é a falta de espaço onde a população aumenta juntamente com a cidade de Ariquemes, porém não houve um aumento conforme proporção em números de escolas.

Alguns obstáculos impedem o acesso de jovens e adultos à escolarização. Destacamos aqui a falta de vagas devido a não existência do curso na escola do bairro de origem ou ainda por não gostarem da escola/ensino ofertado pela escola do bairro e a falta de escolas mais

próximas das residências fazendo com que se desloquem para outros bairros. (ARIQUEMES, 2010).

4.5 A INFLUÊNCIA DA POLÍTICA NACIONAL PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS NAS AÇÕES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE ARIQUEMES NA GESTÃO 2005-2012

Segundo dados do Plano Municipal de Educação de Ariquemes, o índice de analfabetismo no município teve uma redução bastante significativa a partir de 2005, assim consta no Plano Municipal de Educação (2010, p. 76):

Dos 5.742 analfabetos identificados pelo Censo do IBGE/2000, foram alfabetizados 2.190 (38,15%), restando, portando 3.552 (61,85%). Cruzando os dados do IBGE/2000 com o número de alfabetizados dos anos 2000 a 2008, estima-se que há em Ariquemes, 6,19% (seis vírgula dezenove por cento) de analfabetos, sendo 2.190 pessoas na cidade 1.361 no campo. Já, conforme os dados do Censo da Educação, realizado em outubro de 2008, estima-se uma população média de 6,35% (seis vírgula trinta e cinco por cento) de pessoas analfabetas acima de quinze anos.

A ampliação de ofertas de vagas para a escolarização dos Jovens e Adultos teve um aumento bastante notável, percebe-se que teve uma preocupação maior com este público. Para a diminuição do índice do analfabetismo a gestão do período de 2005-2012 realizou várias parcerias.

No município de Ariquemes-RO foram criados programas com objetivos de erradicar o analfabetismo, onde, no governo municipal (gestão 2005 a 2009) foram criados os seguintes programas: Programa Ariquemes Alfabetizada, instituído através da Lei Municipal nº 1.216, de 21 de junho de 2006; Programa Ariquemes Educar, instituído através da Lei Municipal nº. 1.835, de 03 março de 2009 e parcerias com Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR, Serviço Social do Comércio SESC – Ler (PME, 2010). As ações acima citadas serão abordadas a seguir em suas relações com as políticas nacionais para Educação de Jovens e Adultos.

4.5.1 Programa Ariquemes Alfabetizada/Ariquemes Educar

O Programa Brasil Alfabetizado, proposto pelo Governo Federal, conforme mencionado anteriormente na página 29, é oferecido a todos os municípios do Brasil, tendo seu objetivo e prioridade de atendimento estabelecidos nos artigos 1º e 2º do Programa Brasil Alfabetizado:

Art. 1º O Programa Brasil Alfabetizado tem por objetivo a universalização da alfabetização de jovens e adultos de quinze anos ou mais.

Art. 2º O Programa atenderá, prioritariamente, os Estados e Municípios com maiores índices de analfabetismo, considerando o Censo Demográfico de 2000, da Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. (BRASIL, 2007).

No município de Ariquemes sua adesão foi feita desde o ano de 2005 e teve início com atividades de formação específica para os professores. Consta no Decreto nº 6093/2007, que regulamenta o Programa Brasil Alfabetizado, em seu art. 5º:

Art. 5º As atividades de alfabetização de turmas apoiadas pela União serão realizadas, preferencialmente, por professores das redes públicas de ensino dos Estados, Distrito Federal e Municípios.

§ 1º Entende-se por alfabetizadores, para os fins deste Decreto, os professores que realizam as tarefas de alfabetização em contato direto com os alunos, e por coordenadores de turmas de alfabetização os agentes que supervisionam o andamento do processo de aprendizagem. (BRASIL, 2007)

A partir de 2006 esta política de alfabetização em Ariquemes começa a ser intensificada com a ampliação da oferta de estudos nesta modalidade de ensino, onde passa a manter uma média de mais de 400 alunos alfabetizados anualmente.

Até o ano de 2006 o município de Ariquemes quase não acolhia a EJA em áreas rurais, mas, em 2006, começa um ciclo de mobilização principalmente ao que menciona à “alfabetização de jovens e adultos com mais de 15 anos”. Esta grande mobilização teve o objetivo de reduzir os indicadores que mostravam pessoas não escolarizadas no âmbito municipal, pois, na época o município contava com mais de 5.000 pessoas entre jovens e adultos não alfabetizados. Outro desígnio era o de, por meio da alfabetização e da inclusão no convívio escolar, fortalecer a autoestima deste público, melhorar a renda familiar, promover igualdade social, assim como, melhorar a aprendizagem familiar, uma vez que os pais e responsáveis poderiam auxiliar nas atividades de seus filhos. Durante o período de 2005 a 2012, foram alfabetizados mais de 2.700 alunos acima de 15 anos (ARIQUEMES, 2012).

Foram realizados diversos encontros pedagógicos buscando alternativas para reduzir o índice de analfabetos, assim como dar sequência aos estudos. Com intento na minimização e/ou até mesmo extinguir a evasão nas turmas de EJA da área rural, foi efetivado em 2008, pela coordenação pedagógica, o primeiro encontro com todas as escolas, discutindo as dificuldades, trocando experiências, assim como, o conhecimento de novas culturas. Destacando que este é um momento de regate e permanência da demanda nesta modalidade de ensino, buscou-se por meio de feiras culturais a aproximação da comunidade por meio de palestras, depoimentos, peças teatrais no âmbito escolar em prol da inserção cada vez maior de alunos no programa e primordialmente o êxito na educação (ARIQUEMES, 2012).

Para o município receber os recursos precisam atender os quesitos estabelecidos pelo Decreto 6093/2007, que em seu art. 3º afirma que a União atua por meio de ações de assistência técnica e financeira, na forma deste Decreto. Para o recebimento da assistência técnica e financeira é preciso a elaboração de um plano Plurianual de Alfabetização;

Art. 4º É requisito para o recebimento de assistência técnica e financeira pelo Estado, Distrito Federal ou Município, no âmbito do Programa, a elaboração de um Plano Plurianual de Alfabetização, contendo, no mínimo, o seguinte:

I - metas de alfabetização de jovens e adultos, relacionadas:

a) à demanda;

b) à taxa de analfabetismo; e

c) aos indicadores educacionais específicos;

II - metodologia de formação dos alfabetizadores e coordenadores de turmas;

III - diretrizes pedagógicas de alfabetização;

IV - sistema de acompanhamento e gestão do Programa;

V - sistema de avaliação dos resultados do Programa

Art. 9º A assistência financeira da União ao Programa poderá ser destinada ao custeio das seguintes ações:

I - bolsa para alfabetizadores, coordenadores de turmas e tradutores intérpretes de LIBRAS;

II - formação de alfabetizadores e coordenadores de turmas;

III - transporte para os alfabetizandos;

IV - aquisição de gêneros alimentícios destinados, exclusivamente, ao atendimento das necessidades de alimentação escolar dos alfabetizandos;

V - aquisição de material escolar;

VI - aquisição de material pedagógico;

VII - assistência técnica, compreendendo formulação, monitoramento e avaliação do Programa. (BRASIL, 2007).

Assim o município de Ariquemes já tem seu Plano Plurianual que é o Plano Municipal Participativo.

Outro fator importante neste processo diz respeito às parcerias firmadas com outras entidades que apresentam metodologia específica para alfabetizar jovens e adultos. Nos anos anteriores a 2006, esses números não eram tão expressivos e não alcançavam esta média de 400 alunos alfabetizados por ano (ARIQUEMES, 2011).

O Programa Ariquemes Alfabetizada, como já dito, recebe grande influência da política nacional, pois tem no Programa Brasil Alfabetizado seu modelo e adesão.

4.5.2 Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR

Criado pela Lei nº 8.315, de 23 de dezembro de 1991, e regulamentado pelo Decreto nº 566, de 10 de junho de 1992, o SENAR tem o objetivo de organizar, administrar e executar, em todo o território nacional, a Formação Profissional Rural (FPR) e a Promoção Social (PS) de jovens e adultos, homens e mulheres que exerçam atividades no meio rural.

Começou a atuar, de fato, em 1993. Mantido pela classe patronal rural, é vinculado à Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil – CNA e dirigido por um Conselho Deliberativo Tripartite, integrado por representantes do governo, da classe patronal rural e da classe trabalhadora. Possui uma Administração Central, em Brasília, e 27 Administrações Regionais em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal (BRASIL, 1991).

O chamado “Sistema S” tem sua origem na ditadura de Getúlio Vargas, quando foi criado o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial — SENAI. Hoje é constituído por entidades vinculadas as Confederações que representam o empresariado dos diferentes setores produtivos (indústria, comércio, agricultura, transportes entre outros) com a finalidade de qualificar e propiciar atividades de cultura e lazer aos trabalhadores. As organizações do Sistema “S” são: o Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial - SENAI, o Serviço Social da Indústria - SESI, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial - SENAC, o Serviço Social do Comércio - SESC, o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - SENAR, o Serviço Nacional de Aprendizagem em Transportes - SENAT, o Serviço Social de Transportes - SEST, o Serviço Brasileiro de Apoio as Pequenas e Médias Empresas - SEBRAE e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo - SESCOOP (RUMMERT, 2007).

Desde 2009 o Município de Ariquemes firmou com o SENAR, através da ação Semeando Letras, parceria com o objetivo de alfabetizar jovens e adultos do campo acima de 15 anos. A partir de então o município alfabetizou mais de 270 alunos.

Uma constatação importante verificada nesta proposta é o número elevado de estudantes com idade superior a 50 anos. Assim, fica demonstrado que a EJA no Município de Ariquemes é uma realidade, porém, ainda é preciso muito esforço para que esta modalidade continue avançando e oportunizando uma educação de qualidade (ARIQUEMES, 2012).

Com a parceria de alfabetização na EJA com o SENAR, houve um grande avanço no atendimento a este público. Neste período, 2009-2012, foram atendidas as seguintes turmas e alunos matriculados por ano (ARIQUEMES, 2012, p. 37).

No ano de 2009 foram inscritas 14 turmas com 126 alunos matriculados;
No ano de 2010 foram inscritas 12 turmas com 147 alunos matriculados;
No ano de 2011 foram inscritas 05 turmas com 70 alunos matriculados;
No ano de 2012 foram inscritas 06 turmas 69 alunos matriculados;

O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial implantado no município de Ariquemes, refere-se ao programa Federal SENAR, onde realiza os pagamentos dos instrutores formadores e ao final do projeto certifica todos os alunos alfabetizados. Portanto, mesmo não sendo uma política do governo federal, apresenta-se como uma política nacional

do Sistema “S”, a partir do SENAR e aqui, também, foi possível perceber a influência da política nacional sobre a local.

4.5.3 Serviço Social do Comércio – SESC Ler

O SESC - Ler é um projeto educativo que trabalha em prol de alfabetizar jovens e adultos em nosso país pelo meio do acréscimo de Núcleos Educativos com modelos informativos e interdisciplinares, com o a disposição de ser inseridos e disseminados no interior dos estados brasileiros. Estes núcleos concebem um parecer favorável e com originalidade diante da convenção de atividades no processo de alfabetização de jovens e adultos.

O SESC destaca-se neste atendimento circundando as áreas de saúde, cultura e lazer. Estes novos centros educacionais devem funcionar em horário integral, permitindo que haja o atendimento integrante a distintas faixas etárias. A demanda é distribuída para ter entrada não só a salas de aula como também às salas de leitura, que dispõem de um variado acervo, além de outros ambientes adequados para atividades culturais, esportivas e de atendimento à saúde conforme Serviço Social do Comércio (2000).

Para o estabelecimento do SESC Ler no Município de Ariquemes foi necessário apurar os índices de cobertura, ou seja, o percentual da demanda potencial que já está sendo atendida por outros segmentos educativos de cunho governamental ou não. Desta forma, foi eliminada aquela parcela já atendida em programas educativos destinados a jovens e adultos, chegando ao quantitativo do público-alvo do projeto Serviço Social do Comércio (2000).

O Projeto SESC Ler, assim como o projeto Semeando Letras, do SENAR, traduz uma ação nacional do Sistema “S” e, mais uma vez, a ação local segue uma proposição nacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No percurso da realização deste trabalho foi possível refletir como a Educação de Jovens e Adultos vem sendo analisada no contexto educacional, percebendo que as finalidades das políticas públicas estabelecidas para tal modalidade no Brasil fundamentam-se no ideário de desenvolvimento social e cidadania, onde as políticas para a EJA intensificou pós a Constituição Federal de 1988 que dispõe a educação a todos os cidadãos brasileiros, dando as garantias ao público que não teve acesso na idade própria. (DI PIERRO, 2000).

A política de Educação de Jovens e Adultos, perante a proposta de erradicar o analfabetismo, carrega o discurso do esforço em prol da ampliação de oportunidades, inclusão e justiça social, fundamenta sua construção em exigências legais e na tentativa de atender a estas carências. O governo federal busca parcerias entre universidades, municípios, organizações não-governamentais e movimentos sociais como saída estratégica para a resolução do problema.

Desde a década de 1990 o Brasil vem testemunhando a ampliação do atendimento à educação formal em todos os planos em decorrência das modificações no mundo do trabalho e no formato organizacional e de participação social. Com a universalização do ensino fundamental, com atenção maior a população de 7 a 14 anos, percebeu-se redução do analfabetismo. (FERRARO, 2002).

Com intuito de analisar a influência da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos nas ações e programas desenvolvidos pela Secretaria Municipal de Educação de Ariquemes-RO (Semed) no atendimento à Educação de Jovens e Adultos no período compreendido entre os anos de 2005 e 2012 foi realizada esta pesquisa com o intuito de realizar uma análise a partir de documentos e revisões bibliográficas e entrevistas com gestores para compreensão da influência que a política nacional para EJA exerce sobre as políticas locais.

Percebe-se que na gestão do período de 2005 a 2009 houve uma preocupação maior com público da EJA. Segundo dados fornecidos pela Secretaria Municipal de Educação (SEMED) no ano de 2007 e 2009 foram os anos que houve um aumento no número de alfabetização na EJA. No período correspondente a cinco anos o número de analfabetos do município de Ariquemes-RO caiu de 5090 para 3082 analfabetos.

A gestão do período de 2005 a 2009 ampliou o número de ofertas de vagas para a escolarização dos Jovens e Adultos no município de Ariquemes-RO. Foram criados programas com objetivos de erradicar o analfabetismo no município onde foram criados os

seguintes programas: Programa Ariquemes Alfabetizada, instituído através da Lei Municipal nº 1.216, de 21 de junho de 2006; Programa Ariquemes Educar, instituído através da Lei Municipal nº. 1.835, de 03 março de 2009 e estabelecidas ou fortalecidas parcerias com o Serviço Nacional de Aprendizagem Rural – SENAR e o Serviço Social do Comércio SESC – Ler (PME, 2010).

Foi aprovado também em 2010 o Plano Municipal de Educação Participativo de Ariquemes-RO, por meio da Lei nº 1.533 de 18 de março de 2010. O PME apresenta a Educação de Jovens e Adultos em três dimensões: Diagnóstico, Diretrizes e Objetivos/Metas, resguardando para esta modalidade nove objetivos/metasp com suas respectivas ações, o que demonstra a preocupação do município com esta modalidade.

Embora o município de Ariquemes tenha realizado várias ações principalmente através de parcerias, ainda não ficou resolvido definitivamente o problema da escolarização deste público e foi erradicado o analfabetismo no município diante aos desafios encontrados. As políticas públicas garantem acesso, mas não podem garantir a permanência.

Assim, ao problema levantado para esta pesquisa - qual a implicação da política nacional para a Educação de Jovens e Adultos na implementação de ações em prol da EJA no âmbito das redes municipais? – foi possível, a partir da pesquisa realizada: a) averiguar a hipótese sobre a obrigatoriedade da adesão dos municípios aos programas do governo federal para a EJA, sendo constatado que não há obrigatoriedade da adesão e sim uma vinculação voluntária; e, b) concluir que, embora não haja a obrigatoriedade da adesão, nos programas desenvolvidos pela Samed/Ariquemes, a maior influência é das políticas nacionais, ainda que existam outras parcerias não governamentais no atendimento à EJA.

Entende-se que, ainda que os municípios tenham autonomia para aderirem ou não aos programas oficiais para EJA e que busquem outras parcerias no âmbito da sociedade civil, a política oficial subsidia a maior parte do atendimento à demanda desta modalidade e, portanto, é a maior influência nas ações e programas desenvolvidos pela Samed/Ariquemes no atendimento à Educação de Jovens e Adultos.

REFERÊNCIAS

ADRIÃO, Theresa; GARCIA, Teise. Oferta educativa e responsabilização no PDE: o plano de ações articuladas. **Cadernos de Pesquisa**, Rio Claro, v. 38. N. 135, p. 779-796, set./dez. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n135/v38n135a12.pdf>>

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO. ANPED: Por um Plano Nacional de educação (2011-2020) como politica de estado. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <http://www.anped.org.br/app/webroot/files/PLANO%20NACIONAL%20Portal.pdf>.

ARIQUEMES (RO). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Ações da SEMED 2005-2012**. Ariquemes: SEMED, 2012.

ARIQUEMES (RO). Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1.835, de 3 março de 2009**. Instituiu o Programa “Ariquemes Educar”. Ariquemes, 2009.

ARIQUEMES (RO). Prefeitura Municipal. **Lei Municipal nº 1216 de 21 de Junho de 2006**. Instituiu o Programa “Ariquemes Alfabetizada”. Ariquemes, 2006.

ARIQUEMES (RO). Prefeitura Municipal de Ariquemes: **Lei nº 1.533 de 18 de março de 2010**. Aprova o Plano Municipal de Educação Participativa Cria o Fórum Municipal de Educação de Caráter Permanente e dá Outras Providências. Ariquemes, 2010.

ARIQUEMES (RO). Prefeitura Municipal. Secretaria Municipal de Educação. **Realidade da EJA nos anos de 2004 a 2011 em Ariquemes**. Coordenação Pedagógica área rural e urbana. Ariquemes – RO, 2011

BARRETO, Vera (coord.). Ministério da Educação: **Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade (SECAD)**. Coleção Trabalhando com a Educação de Jovens e Adultos: Alunas e alunos da EJA. Brasília – DF, 2006. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/secad/>>. Acesso em: 07 de outubro de 2013.

BERTINI, et al. **Ampliação do ensino fundamental para nove anos: entre a teoria incompleta e a prática intempestiva**. Educação em Revista. Marília - SP, v.9, n.2, p.65-78, jul. dez. 2008. Disponível em: <www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista>

BRASIL. Ministério da Educação. Plano de Desenvolvimento da Educação. **Plano de ações articuladas – PAR 2011-2014 (guia prático de ações para os municípios)**. Brasília – DF, novembro de 2011. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc...>

BRASIL. Ministério da Educação. **Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação**. Subsídios ao Ministério Público para o acompanhamento do FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. Brasília – DF, 2008. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/fundeb_subsidios_mp.pdf>

BRASIL. Congresso Nacional: **Lei nº 5.692 de 11 de agosto de 1971** Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l5692.htm

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.315 de 23 de Dezembro de 1991**. Disponível em: <http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1991/lei-8315-23-dezembro-1991-363659-normaatualizada-pl.pdf>

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.666 de 21 de junho de 1993**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8666cons.htm

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Brasília – DF, dez. 1996. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/seed/arquivos/pdf/tvescola/leis/lein9394.pdf>

BRASIL, Congresso Nacional: **Lei complementar nº 101 de 04 de maio de 2000**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/lcp/lcp101.htm

BRASIL, Congresso Nacional: **Lei nº 10.172 de 09 de janeiro de 2001**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/leis_2001/l10172.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL, Congresso Nacional: **Lei nº 10.880 de 09 de junho de 2004**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.880.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL, Congresso Nacional: **Lei nº 11.129 de 30 de junho de 2005**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2005/L11129.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº. 11.114, de 16 de maio de 2005**. Altera os arts. 6º, 30, 32 e 87 da Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996 Brasília – DF, 2005. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. **Resolução CD/FNDE nº 022, de 20 de abril de 2006**. Disponível em: <http://www.fnde.gov.br/fnde/legislacao/resolucoes/resolucoes-2006/item/3095resolu%C3%A7%C3%A3o-cd-fnde-n%C2%BA-22-de-20-de-abril-de-2006>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Brasília - DF, 2007a. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6094.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Lei nº 11.494, de 20 de Junho de 2007** Brasília – DF, 2007c. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/L11494.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional: **Lei nº 11.692 de 10 de junho de 2008**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11692.htm. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional: **Decreto nº 4.834 de 08 de setembro de 2003**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4834.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional: **Decreto nº 5. 478 de 24 de junho de 2005**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/Decreto/D5478.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso nacional: **Decreto nº 6. 096 de 24 de abril de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6096.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional: **Decreto nº 6.253 de 13 de novembro de 2007**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/Decreto/D6253.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional: **Decreto nº 6. 629 de 04 de novembro de 2008**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6629.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. Ministério da Educação. **Projeto de Lei 8.035 de dezembro de 2010/ PNE 2011 - 2010**. Brasília – DF, 2010 Disponível em: <<http://www.camara.gov.br/sileg/integras/831421.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação: **Resolução CNE/CEB nº 11 de 10 de maio de 2000**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/secad/arquivos/pdf/eja/legislacao/parecer_11_2000.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000**. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília – DF, 2000. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB012000.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documento norteador para elaboração de Plano Municipal de Educação – PME**. Brasília – DF, 2005. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/2006/elabpne.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão. Secretaria de Orçamento Federal. **Orçamentos da União exercício financeiro 2011: projeto de lei orçamentária. Volume II**. Brasília – DF, 2010. Disponível em: <<http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/noticias/sof/PLOA2011-VolumeII.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação – MEC. **Secretaria de Educação a Distância – SEED**. EJA: Formação Técnica Integrada Ao Ensino Médio. Rio de Janeiro – RJ, setembro de 2006. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/boletim_salto16.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. Presidência da República. Ministério da Educação. **Decreto nº 5.840 de 13 de Julho de 2006**. Brasília – DF, 2006c. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/decreto/D5840.htm>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE n.29, 20/6/2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <<http://www.fnde.gov.br>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE n.47, de 20/9/2007**. Brasília, 2007. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_047.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

BRASIL. **Resolução CD/FNDE n.9, de 24/4/2007**. Brasília, 2007. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/resolucao_n09_pdde_medida_17.pdf

CAMINI, Lucia. A política educacional do PDE e do Plano De Metas Compromisso Todos pela Educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. Recife – PE, v.26, n.3, p. 535-550, set./dez. 2010. Disponível em: <<http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19797/11535>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

CARLI, Solange Auxiliadora Souza. **Políticas Públicas para a EJA (Educação De Jovens E Adultos) No Sistema de Ensino de Belo Horizonte no Período de 1990/2000: Ordenamentos Legais e Efetivação Institucional** - 241 f. Dissertação de Mestrado (título de Mestre em Educação). Pontifícia Universidade Católica. Belo Horizonte – MG, 2004. Disponível em: <http://www.biblioteca.pucminas.br/teses/Educacao_CarliSA_1.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

CERUTTI-RIZZATTI, Mary Elizabeth. **Letramento: uma discussão sobre implicações de fronteiras conceituais**. Educação e Sociedade. Campinas – SP, v.33, n.118, p. 291-305, jan. mar de 2012. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v33n118/v33n118a18.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

COSTA, A. C. M. **Educação de jovens e adultos no Brasil: novos programas, velhos problemas**. Educar em Revista. Rio de Janeiro – RJ, 2009. Disponível em: <http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/4_educacao_jovens_cp8.pdf>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

CARDOSO, J.; FERREIRA, M. J. R. **Inclusão e exclusão: o retorno e a permanência dos alunos na EJA. Debates em Educação Científica e Tecnológica.** Espírito Santo, v.2, n. 2, p. 61-76, 2012. Disponível em: <http://ojs.ifes.edu.br/index.php/dect/article/viewFile/47/27>

FERRARO, Alceu Ravello. **Alfabetismo e níveis de letramento no Brasil: o que dizem os censos.** In Educação e Sociedade. Campinas, v. 23, n. 81, dez. 2002. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/es/v23n81/13930.pdf>

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa.** São Paulo: Paz e Terra, 30ª ed., 2004.

FURLAN, Rose Meire Cirillo. **Políticas públicas de educação de jovens e adultos nas escolas estaduais de São Paulo: avanços e desafios à sua consolidação**– 158 f. Dissertação de Mestrado (título de Mestre em Educação). UNICID - Universidade Cidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2007. Disponível em: http://www.cidadesp.edu.br/old/mestrado_educacao/dissertacoes/2007/rosemeire_furlan.pdf

FURTADO, E. D. P. **Políticas públicas de EJA no campo: do direito na forma da lei à realização precária e descontinuidade.** Educar em Revista. Rio de Janeiro – RJ, 2009. Disponível em: http://www.utp.br/Cadernos_de_Pesquisa/pdfs/cad_pesq8/5_politicas_publicas_cp8.pdf

HADDAD, Fernando: **Plano de Desenvolvimento da Educação. Curso de capacitação de Consultores Especialistas para o Programa de Metas Compromisso Todos Pela Educação.** Convênio MEC/UNESCO. Brasília – DF, 21 de junho de 2007.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara Di. Escolarização de Jovens e Adultos. **Revista Brasileira de Educação.** São Paulo, n. 14, mai./ago. de 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_pdf&pid=S1413-24782000000200007&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt

IVO, Andressa Aita. **Ensino profissional e educação básica: estudo de caso da implantação de um curso técnico na modalidade de jovens e adultos (PROEJA)** – 128 f. Dissertação de Mestrado (título de mestre em educação). Universidade federal de pelotas/Programa de pós-graduação em educação. Pelotas - RS, 2010. Disponível em: http://www.ufpel.edu.br/tede/tde_arquivos/18/TDE-2010-09-01T193240Z-546/Publico/Andressa_Aita_Ivo_Dissertacao.pdf

LÜDKE, Menga. ANDRÉ, Marli E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas.** São Paulo: EPU, 1986.

LOCALIZAÇÃO geográfica de Ariquemes – Rondônia. Disponível em: http://www.laifi.com/laifi.php?id_laifi=2734&idC=52641#. Acesso em: 12 de agosto de 2013.

MARINHO, Cristiane Maria. De Deus à Diferença: trajetória das matrizes filosóficas na educação brasileira. **Revista Filosofia e Educação.** Uberlândia – MG, v. 4, nº 1, abril-setembro de 2012. Disponível em: <http://www.fae.unicamp.br/revista/index.php/rfe/index>

BRASIL. Ministério da Educação. **PROEJA**: programa nacional de integração da educação profissional com a educação básica na modalidade de jovens e adultos. Documento Base. Brasília, 2007.

HADDAD; PIERRO, Maria Clara. O cenário educacional latino-americano no limiar do século XXI: reformas em debate. **Cadernos de Pesquisa**, Campinas – SP, n.111, p. 207-210, 2000.

OLIVEIRA, Dalila Andrade et al. **Por um Plano Nacional de Educação (2011-2020) como política de Estado**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Recife – PE, v.16, n.47, p. 483-492, 2011. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/v16n47/v16n47a11.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

OLIVEIRA, Dalila Andrade. **As políticas educacionais no Governo Lula: rupturas e permanências**. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. Recife – PE, v. 25, n. 2, p. 197-209, mai./ago. 2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/rbpae/article/download/19491/11317>

PAIVA, Vanilda Pereira. **Educação popular e educação de adultos**. Revista e ampliada, 6ª ed. São Paulo: Loyola, 2003.

RUMMERT, S. M.; VENTURA, J. P. **Políticas públicas para educação de jovens e adultos no Brasil: a permanente (re)construção da subalternidade – considerações sobre os Programas Brasil Alfabetizado e Fazendo Escola**. Editora UFPR/Educar. Curitiba, n. 29, p. 29-45, 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/er/n29/04.pdf>
RUMMERT, Sonia Maria. **A Educação de Jovens e Adultos Trabalhadores brasileiros no Século XXI. O “novo” que reitera antiga destituição de direitos**. Revista de Ciências da Educação, v. 2, p. 43, 2007. Disponível em: <<http://sisifo.fpce.ul.pt/pdfs/sisifo0203.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SAVIANI, Dermeval. **O plano de desenvolvimento da educação: Análise do projeto do MEC**. Educação e Sociedade. Campinas – SP, v.28, n. 100, p. 1231-1255, outubro de 2007. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/es/v28n100/a2728100.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SENA, Paulo. **A Legislação do FUNDEB**. Cadernos de Pesquisa. Brasília – DF, v. 38, n. 134, p. 319-340, maio/ago. de 2008. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/cp/v38n134/a0438134.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SERVIÇO SOCIAL DO COMÉRCIO. DEPARTAMENTO NACIONAL (SESC). **Proposta Pedagógica: SESC - LER**. Rio de Janeiro – RJ, setembro de 2000. Disponível em: <<http://www.sesc.com.br>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SILVA, I. B.; SILVA, E. F. **Aspectos históricos dos planos nacionais de educação do Brasil: da década de 30 à de 80**. Revista Holos. Rio Grande do Norte, ano 22, maio de 2006. Disponível em: <www2.ifrn.edu.br/ojs/index.php/HOLOS/article/download/84/88>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SILVA, M. J. B.; PRADO, E. C.; BRITO, M. B. G. **Políticas públicas educacionais para a educação de jovens e adultos: um desafio constante**. I Encontro da Associação Nacional de

política e administração em educação – ANPAE. Alagoas, setembro de 2011. Disponível em: <<http://epealufal.com.br/media/anais/399.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

SZANTO, Janyssa Oliveira. **Psicologia e Educação de Jovens e Adultos: histórias de vida e caminhos percorridos pelos jovens que voltaram à escola** – 180 f. Dissertação de Mestrado (título de mestre em psicologia). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo. São Paulo – SP, 2006. Disponível em: <<http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/47/.../tde-20092006.../dissertacao.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

VENÂNCIO, J. C. **Políticas Públicas Destinadas a Educação de Jovens e Adultos na Primeira Etapa do Ensino Fundamental – Algumas Considerações**. Revista Científica Eletrônica de Pedagogia. Rio de Janeiro, v. 5, n. 9, 2007. Disponível em: <<http://www.revista.inf.br/pedagogia09/pages/artigos/edic09-anov-art10.pdf>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.

VOSS, Dulce Mari da Silva. O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE): contextos e discursos. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 38, p. 43-67, de janeiro/abril de 2011. Disponível em: <<http://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/viewFile/1542/1449>>. Acesso em: 5 de outubro de 2013.